



TRANSPARÊNCIA

BOLETIM INFORMATIVO DO SINDISERJ - MAR/JUN-97 Nº 09

Rua Pacatuba, 64 Edif. Luciano Prado - Salas 407/408 - Centro - Tel. 211-3052 R-41 - CEP 49010-150 - Aracaju-SE

EDIÇÃO
ESPECIAL

O FIM DA ESTABILIDADE

O Servidor Público está de luto.

Com a aprovação no Congresso Nacional, a semana passada, da perda da estabilidade, as consequências serão nefastas e nada animadoras para a classe. O Trabalhador Público ficará a mercê das manobras politiquêiras que atingem este serviço. É como disse o diretor do SINTRASE, Valdir Rodrigues: É o fim do Serviço Público. Agora é a vez do serviço político.

A estabilidade sempre foi uma grande arma e proteção contra essa ação maléfica. Mais do que nunca, o Servidor terá que amargar uma vida ao sabor dos desejos políticos, oficializa-se o apadrinhamento e a perseguição.

O Texto da Reforma Administrativa, ainda permite que os governos demitam funcionários estáveis por "insuficiência de rendimento" ou

quando os gastos com salários ultrapassarem 60% da receita. Hoje a folha de pessoal do Estado de Sergipe consome 74% das receitas - segundo *Cinform* de 14/07/97. Conclui-se então, que o governo **Albano Franco** no Afã de agradar a **F.H.C.** demitirá 14% de servidores, o que corresponderá há aproximadamente 20 mil pessoas, caso o P.D.V. não atenda a estas exigências.

Aqui, registramos nosso repúdio ao Deputado **Adelson Ribeiro** "Filho de Cabo Zé" de Lagarto, o único parlamentar da bancada Sergipana a votar a favor dessa emenda.

Abra o olho Servidor!

Temos em nossas mãos uma arma maior do que a deles, que é o nosso **Voto Consciente** que poderá derrubar todos os usurpadores dos direitos do povo.

A Diretoria

Editorial

Pág. 02

PROPOSTA
DOS
SERVIDORES
DO JUDICIÁRIO
Pág. 03

GLOBALIZA-
ÇÃO E
DESEN-
VOLVIMENTO
Pág. 22

EDITAIS

Págs. 26 e 27

EDITORIAL

O segundo TRANSPARÊNCIA deste ano, em edição especial, está muito mais robusto. Traz uma variada gama de informações para o filiado. Renovamos o contrato com a UNIMED, com redução de 26 para 18%, graças às nossas negociações.

Publicamos também nesta edição, as propostas para o Plano de Cargos e Salários que reiteramos para o atual Presidente do Tribunal de Justiça. Com a sua publicação o filiado terá condições de avaliar as nossas propostas e apresentar sugestões, e ainda conscientizar-se do nosso interesse máximo em transpor esse patamar tão difícil de arrocho salarial. Juntamente com as propostas, enviamos ofício solicitando audiência com o Presidente.

Informamos ainda, o adiamento do Julgamento do Mandado de Segurança Nº 83/94, tendo como impetrante o SINDISERJ e Impetrado o Ato do Tribunal de Justiça. Foi constatado que o Estado não participou do processo e conseqüentemente foi determinado deligência para que viesse dar parecer ao processo. Em seguida, será submetido à Julgamento pelo Tribunal Pleno.

Nesta edição, temos ainda uma farta mostra de tabelas com a relação dos débitos da administração anterior e processos judiciais requeridos pela Atual Diretoria. Publicamos também o ótimo texto "Globalização e Desenvolvimento" com o qual o leitor terá o privilégio de compreender porque o desemprego é um fenômeno estrutural dos nossos dias.

Colocamos à sua disposição os convênios do SINDISERJ, os aniversariantes, texto do oficial de justiça e escritor Juracy Costa de Santana e enfatizamos o fim da estabilidade do servidor público e o porquê do governo não dar reajuste aos Servidores públicos.

SINDISERJ reiteira proposta para o Plano de Cargos e Salários

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR
DESEMBARGADOR PRESIDENTE
DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE**

A DIRETORIA EXECUTIVA DO SINDISERJ - SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO NO ESTADO DE SERGIPE, representando as Categorias Funcionais dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, na forma do seu Estatuto, vem perante Vossa Excelência apresentar as propostas, anexas, dos servidores para serem incluídas no próximo Projeto de Lei deste Poder a ser encaminhado ao Poder Legislativo.

Neste Termo
Pede e Espera Deferimento

Aracaju, 02 de abril de 1997

EXPEDIENTE

Presidente - Cláudio Siqueira Carvalho
Vice-Presidente - José Soares dos Santos Filho
Secretária Geral - Maria de Fatima Guimarães
Secretária de Economia e Finanças - Gerciana de Jesus Santos
Secretário de Formação Sindical - Edivan José Bezerra
Secretário de Cultura Esporte e Lazer - José Mariliano Santos
Secretário de Mobilização Divulg. e Imprensa - Ana Paula Menezes S. Aguiar
Suplentes - José Ribeiro dos Santos
 - José Patrocínio Moura
 - Rosimere Calazans dos Santos
Conselho Fiscal - Manoel Alves de Oliveira Filho
 - Delma Marques Santos
 - Jairo Cardoso de Albuquerque
Suplentes - Jorge Davy Porto dos Santos
 - José Lauro Oliveira Santos
Diagramação - PUBLISHING - 222-3480
Impresso - SERGRAPH - 211-9932
Tiragem - 1.200 Exemplares
Endereço - Rua Pacatuba, 64 Edif. Luciano Prado - Salas 407/408 - Centro - Tel. 211-3052 R-4 - CEP 49010-150 - Aracaju-SE

Quem faz o SINDISERJ



O Presidente, Cláudio Siqueira Carvalho, despachando documentos de interesse do servidor. Sinônimo de honestidade e coerência na representação sindical.

O SINDISERJ tem um Vice-presidente atuante e prestativo na condução de interesses do servidor: José Soares dos Santos Filho.



A secretária Geral Maria de Fátima Guimarães, eficiência e zelo em prol do filiado.

Gerciária de Jesus Santos, Secretária de Finanças e Clevson Passos, digitador, valorosos em suas funções na renovação de um sindicato íntegro e competente.



O auxiliar de escritório Alexandre Santos e Clevson Passos, digitador, sinônimo de agilização dos trabalhos. Sindicato todo informatizado para melhor rapidez e qualidade nas tarefas.



PROPOSTAS DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO PARA SEREM INSERIDAS NO ANTEPROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, VENCIMENTOS E CARREIRA DOS SERVIDORES EFETIVOS, COMISSIONADOS E FUNÇÃO DE CONFIANÇA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SERGIPE (E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS).

ARACAJU, 02 DE ABRIL DE 1997

Artigo - I

- Ficam instituídos nos termos desta Lei, o Plano de Cargos, Vencimento e Carreira dos Servidores Judiciais do Estado de Sergipe.

A) Grupo Ocupacional Judicial - são os Serventuários definidos no Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe e na Legislação Federal.

B) Grupo Ocupacional Administrativo - São aqueles Servidores integrantes ao quadro de funcionários definidos nesta Lei e no Estatuto dos funcionários públicos do Estado de Sergipe.

Artigo - II

- Os Integrantes dos Grupos Ocupacionais Judicial e Administrativo são Organizados de Provimento efetivo, mediante concurso público de provas e títulos nos termos da Constituição Estadual e Federal.

Artigo - III

- Os Cargos em Comissão no Grupo Ocupacional Judicial - São Servidores não organizados em carreira, titulares de Cargos Isolados Livres de Nomeação e Exoneração.

Artigo - IV

- As funções de confiança, serão exercidas por Servidores de Carreira de Provimento Efetivo, constantes dos Grupos Ocupacionais Judiciais e Administrativo.

Artigo - V

- Os ocupantes dos Grupos Ocupacionais Judiciais e Administrativos, fundamentados por força de Lei e observando

os seguintes critérios:

- 1 - Melhoria de qualidade e produtividade do Serviço Público Judicial prestado pelo Poder Judiciário, visando o interesse social;
- 2 - Valorização do Servidor;
- 3 - Qualificação Profissional;
- 4 - Crescimento funcional baseado no mérito próprio, com aferição mediante sistema de avaliação de desempenho e potencial;
- 5 - Vencimentos compatíveis com as funções definidas em Lei;
- 6 - Isonomia de vencimentos entre servidores do mesmo grupo ocupacional de atribuições iguais ou assemelhados.

Artigo - VI

- A estruturação Organizacional Funcional do Poder Judiciário é definida da seguinte forma:

- A) Servidores do quadro de Serventuário de Justiça.
- B) Servidores Administrativos do Tribunal de Justiça.
- C) Servidores Comissionados do Tribunal de Justiça.
- D) Servidores titulares das funções de Confiança.

Artigo - VII

- Para efeito desta Lei consideram-se:

- A) Grupo Ocupacional - A justaposição de cargos Isolados ou de carreira de Provimento Efetivo, Funções de Confiança, afins ou correlatas, que se ligarem em decorrência de natureza de serviço desenvolvido na área no Poder Judiciário;
- B) Quando - O Conjunto de Cargos de Provimento Efetivo, Hierarquicamente Organizado, no qual se atribuem às Categorias funcionais, bem como os Cargos em Comissão e as Funções de Confiança;
- C) Categoria Funcional - Conjunto de Cargos de igual denominação identificado pela responsabilidade e vencimento distribuídos em carreira;
- D) Carreira - Os diversos graus de determinadas categorias funcionais aos quais o Servidor terá o acesso pela promoção, por merecimento e antiguidade;
- E) Padrão - A identificação numérica inicial do valor pecuniário básico da categoria funcional, Cargo em Comissão e Função de Confiança no respectivo quadro judiciário;
- F) Grau - A divisão de carreira com retribuição pecuniária progressiva, dentro da categoria funcional;
- G) Referência - A retribuição pecuniária mensal que compõe o padrão básico e grau de cada carreira de Provimento Efetivo, determinada por letra;
- H) Remuneração - Conjunto dos valores ao vencimento e as vantagens pecuniárias conferidas ao Servidor;
- I) Vencimento - A retribuição pecuniária devida ao Servidor pelo Efetivo exercício do cargo correspondente ao Padrão fixado em Lei;
- J) Vantagem Pecuniária - São os acréscimos de remuneração do Servidor, concedidos a título definitivo ou transitório, especificados nos adicionais e nas gratificações;
- L) Adicional - Espécie pecuniária concedida pelo Poder Judiciário ao Servidor Efetivo em decorrência do tempo de serviço ou do desempenho de funções especiais;
- M) Gratificação - Espécie de vantagem pecuniária, atribuída precariamente ao Servidor do Poder Judiciário, em razão das condições anormais em que realiza o serviço acumulativo, designações, substituições e/ou em razão de condições pessoais do Servidor que esta Lei definir, ou, Resolução do Tribunal Pleno;
- N) Cargo Público - Criado por Lei com número certo, denominação própria, conjunta de atribuições e

responsabilidades cometidas a um Servidor, mediante retribuição pecuniária própria;

O) Cargo Efetivo - O cargo público a ser provido em caráter permanente, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, definidas em Lei, bem como no edital;

P) Cargo em Comissão - São aqueles cargos públicos exercidos por Servidor, em caráter transitório, livres de nomeações e exonerações definidos em Lei;

Q) Função de Confiança - Conjunto de atribuições e responsabilidades por encargos de direção intermediária, chefia, Secretariado e outros, cometidos transitoriamente a Serviço público de provimento efetivo, cujas atribuições serão deferidas por Resolução do Pleno do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe;

R) Auxiliar de Justiça - Nome genérico para indicar o servidor público de Provimento Efetivo, investido em cargo criado por lei, com função precípua de auxiliar os juízes nas atividades jurisdicionais que desenvolvem, distribuído entre as categorias de serventuários de justiça e funcionário na área Administrativa;

S) Serventuário de Justiça - São aqueles Servidores de Provimento de carreira na entrância, ou entrância elevada, também são considerados auxiliar de justiça em que ocupa cargo criado por Lei, com atribuições definidas em normas Federais e Estadual, com denominação própria renumerados pelos cofres públicos, podendo receber custos e emolumentos judiciais;

T) Plano de Carreira - Conjunto de normas que regem o ingresso, a promoção de forma vertical e horizontal, que ocorre após a realização de concurso público de provas, ou provas e títulos;

U) Nível - É a posição do Servidor na escala de vencimento da respectiva classe, identificada por número ou referência(letra).

Artigo - VIII

- São requisitos básicos para primeira investidura em cargo público de provimento efetivo de carreira, que dependerá de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, exigidos dos candidatos os seguintes:

- 1 - Ser brasileiro nato, naturalizado ou portador de direitos de cidadania, nos termos da Constituição Federal;
- 2 - Ter idade mínima de dezoito anos;
- 3 - Comprovação do grau de escolaridade exigido para o cargo;
- 4 - Estar em dia com as obrigações eleitorais e com o Serviço militar;
- 5 - Ter comprovado idoneidade moral;
- 6 - Ter aptidão física, mental e emocional.

Artigo - IX

- O concurso público para preenchimento de Cargos de Provimento Efetivo será aberto mediante Ato do Presidente do Tribunal de Justiça, desde que constatada a exigência de vagas, sendo regulamentado por edital, pela comissão designada.

Artigo - X

- O edital de abertura de concurso público fixará, para as inscrições, prazos não inferior a trinta(30) dias úteis contado a partir do primeiro dia subsequente, excluindo os dias, feriados, publicados no Diário da Justiça do Poder Judiciário e deverá conter as seguintes indicações:

- I - O número de vagas;
- II - O local em que será exercido o cargo;
- III - As condições para a inscrição do candidato;
- IV - Os requisitos para o provimento de cargos;
- V - As matérias sobre as quais versarão as provas;
- VI - Os títulos que o candidato poderá apresentar e os respectivos de valorização;
- VII - Os critérios para avaliação das condições físicas, mentais e emocionais do candidato;
- VIII - As vantagens que o cargo oferece no seu exercício.

Artigo - XI

- O Presidente do Tribunal após haver ouvido o Tribunal Pleno criará a comissão do concurso os seguintes membros:

- I - Dois Desembargadores;
- II - Dois Juizes;
- III - Um membro da Corregedoria Geral;
- IV - Um membro da Secretaria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça;
- V - Dois membros indicados pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário no Estado de Sergipe;
- VI - Um membro do Departamento de Pessoal;
- VII - Um membro da Assessoria Jurídica do Tribunal de Justiça;

Parágrafo Primeiro: O Presidente da comissão será escolhido entre os membros da comissão pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Parágrafo Segundo: A comissão criada será publicada no Diário de Justiça antes de ser publicado o edital.

Parágrafo Terceiro: Os membros da comissão regulamentará através do edital o concurso público de provas ou provas e de títulos.

Artigo - XII

- Concluído o concurso público o Pleno do Tribunal de Justiça homologará o seu resultado, a nomeação dos candidatos habilitados obedecerá à ordem de classificação, ao prazo de validade do concurso e ao número de vagas existentes ou que venham a existir durante o prazo fixado pelo edital.

Artigo - XIII

- O Ingresso na Primeira Investidura na Carreira do Cargo de Provimento Efetivo dar-se-á sempre no primeiro nível de vencimento da respectiva classe inicial, diante da autoridade competente, mediante termo de posse lavrada em livros próprios.

Artigo XIV

- Ao Entrar em Exercício, o Servidor nomeado para cargo de Provimento Efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período definido em Lei, durante o qual, a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para desempenho de cargo observados os seguintes fatores:

- 1 - Eficiência;
- 2 - Disciplina;
- 3 - Dedicação ao trabalho;
- 4 - Assiduidade;
- 5 - Idoneidade Moral.

Parágrafo Primeiro - Fica criada uma comissão para analisar e apresentar relatório conclusivo para o Presidente do Tribunal de Justiça e será Homologado pelo Pleno do Tribunal.

Parágrafo Segundo - A comissão responsável pela elaboração do Relatório de desempenho, dos Servidores em estágio probatório, será a mesma que regulamentará o concurso público nos termos do seu edital;

Parágrafo Terceiro - O relatório será apresentado no prazo mínimo de trinta(30) dias antes do término do prazo de estágio probatório.

Artigo - XV

- Para efeito desta Lei são considerados para títulos de avaliação os seguintes:

- I - O Tempo de Serviço Público já exercido anteriormente à realização do Concurso Público, Municipal, Estadual, Federal;
- II - Participação em Seminários, Congressos, Simpósios, com carga horária mínima de trinta (30) horas;
- III - Curso Superior, não compatível com aquele necessário para habilitação do cargo;
- IV - Conclusão de quaisquer cursos de pós-graduação;
- V - Conclusão de teses publicadas;
- VI - Conclusão de Curso Mestrado;
- VII - Conclusão de Curso de Doutorado;
- VIII - Tempo de Serviço Público Exercido no Poder Judiciário, em cargos em Comissão, não computando o inciso "I" deste artigo;
- IX - Comprovação que já foi aprovado em Concurso Público Federal;
- X - Comprovação que exerceu cargo ou função no T.R.E. (Tribunal Regional Eleitoral) superior a um ano, não incluindo o inciso "I" e "VIII" deste artigo.

Artigo - XVI**REMOÇÃO**

- A Remoção é o deslocamento do Serventuário de Justiça dentro da Entrância, com vencimento igual, dar-se-á à remoção a pedido do próprio do Servidor, mediante declarado a vaga por edital específico para aquele caso, sendo julgado pelo Pleno do Tribunal de Justiça.

Artigo - XVII**PROMOÇÃO**

- O desenvolvimento funcional do Servidor na carreira far-se-á através de promoção:

- 1 - Merecimento;
- 2 - Antigüidade

Parágrafo Primeiro: A promoção constitui a passagem do Servidor titular de cargo de carreira de Serventuário de Justiça, de um padrão para outro imediatamente superior dentro da mesma carreira funcional.

Parágrafo Segundo: A promoção dar-se-á, alternadamente, por merecimento ou antigüidade, observados os critérios no edital.

Parágrafo Terceiro - A promoção dar-se-á, após cada ano, para os Servidores estáveis.

Parágrafo Quarto - Na avaliação para promoção por merecimento serão observados os seguintes critérios:

- I - Condições essenciais de cargo;
- II - Qualidade do trabalho;
- III - Quantidade de trabalho;
- IV - Cooperação do Servidor;
- V - Relações Inter-pessoais;
- VI - Interesse e Iniciativa;
- VII - Não ser representado perante a Corregedoria Geral da Justiça.

Parágrafo Quinto - Serão coletados, anualmente, os dados relativos à conduta profissional, mediante a Corregedoria Geral, através do seu Corregedor, dos candidatos à promoção por merecimento, constantes na ficha de assentamento funcional.

Parágrafo Sexto - A avaliação dos Serventuários de justiça sobre critérios de promoção será privativamente dos Magistrados em que estiverem vinculados, bem como, o Corregedor Geral da Justiça, conseqüentemente será julgado pelo Pleno do Tribunal de Justiça.

Artigo - XVIII

- O Sistema de Promoção por antigüidade de Serventário de Justiça será computado na entrância em que estiver vinculado na forma estabelecida por Resolução do Pleno do Tribunal de Justiça.

Artigo - XIX

- A promoção por antigüidade dos Servidores Efetivos dar-se-á dentro da classe, com elevação de Referência em forma horizontal nos termos desta Lei, em cada ano de exercício no cargo.

Artigo - XX

- A promoção vertical dos funcionários dar-se-á, mediante sistema de antigüidade pela classe elevada até chegar à última classe e referência, em cada (01) um ano, de acordo estabelecido por resolução do Tribunal Pleno.

Parágrafo Único - Os pedidos de promoção serão julgados perante o Tribunal Pleno.

- Fica instituída Comissão escolhida entre Servidores de cada cargo para relatar o Sistema de Promoção por Merecimento dos Funcionários do Poder Judiciário da seguinte forma, além daqueles integrantes de cada cargo:

- I - Dois membros da Secretaria de Recursos Humanos;
- II - Um membro da Assessoria Jurídica;
- III - Dois membros indicado pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário no Estado de Sergipe.

Artigo - XXII

A Promoção dos cargos de Serventário de Justiça pelos critérios de antigüidade e merecimento, dar-se-á alternadamente, após haver resolvidos os pedidos de Remoção dentro da própria Entrância, nos termos da Lei de Organização Judiciária do Estado de Sergipe.

Artigo - XXIII

Edital de Remoção e Promoção por merecimento e Antigüidade para o preenchimento dos Cargos de Serventário de Justiça e funcionários será de 12 (doze) dias úteis do dia subsequente da publicação no Diário da Justiça do Estado de Sergipe, excluindo os dias feriados declarados em lei.

Artigo - XXIV

Fica desvinculada da Segunda Entrância a Jurisdição de Aracaju das Comarcas de Segunda Entrância dos interiores que passará a ser Comarca única de Terceira Entrância.

Artigo - XXV

Fica criada Gratificação Especial de Portador de Curso Superior (G.E.P.C.S) para Servidor titular de cargo de nível básico e médio sendo de Curso Superior passará a

perceber mensalmente um percentual de 1/3 (um terço) da Remuneração do Cargo de Nível Superior de Classe Inicial (NS-1-A).

Artigo - XXVI

Valor da Gratificação por Serviço Judiciário, criado no artigo 13 da Lei Estadual de no. 2.693 de 07/12/1988, não poderá ser inferior a remuneração ao Cargo Comissionado de Natureza Simples de maior Valor da Tabela dos Cargos do Tribunal de Justiça.

Parágrafo Único: O valor da gratificação nos termos do "caput" deste artigo produzirá todos os efeitos de Lei a partir da vigência de sua publicação.

Artigo - XXVII

Valor do Salário Família pago mensalmente na forma legal, por cada dependente ao Servidor Estatutário passará a ser (10%) dez por cento do seu vencimento básico.

Artigo - XXVIII

Aos Servidores de carreira de provimento Efetivo do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, exercendo as Funções de Confiança, será pago na forma do percentual calculado do vencimento básico da seguinte forma:

- I - FC-1 - 80% (Oitenta por cento)
- II - FC-2 - 75% (Setenta e Cinco por cento)
- III - FC-3 - 70% (Setenta por Cento)
- IV - FC-4 - 65% (Sessenta e Cinco por cento)
- V - FC-5 - 60% (Sessenta por cento)
- VI - FC-6 - 55% (Cinquenta e Cinco por cento)

Artigo - XXIX

Fica alterado o artigo 14 e seu parágrafo único da Lei Estadual no. 2.473 de 28 de dezembro de 1983 com a seguinte redação:

Art..... Fica instituída a "Gratificação de Exercício Permanente" que será concedida aos seus Servidores de Provimento Efetivo de Carreira.

Parágrafo Único - A Gratificação a que se refere o "Caput" deste artigo será o valor máximo estabelecido no "caput" do artigo 5 e 1 da Lei Estadual n 3.442 de 28 de janeiro de 1994.

Artigo - XXX

Ficam incorporadas as Gratificações por Serviço Extraordinário recebida por Servidor do Poder Judiciário a mais de cinco (05) anos até a data da vigência desta Lei.

Artigo - XXXI

Fica criada a Gratificação de Periculosidade para os cargos de Vigilante Judiciário e Guarda de Segurança do Poder Judiciário no valor de (50%) cinquenta por cento do seu valor base.

Artigo - XXXII

Os cargos de Serventuários de Justiça criados pela Lei nº 2.246 de 26 de Dezembro de 1979 (Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe), alterado pela Lei nº 2.820 de 19/07/90, bem como as Leis Complementares 07 e 08, ambas datadas em 09/12/91, Lei nº 3.304 datada e, 27/01/93 e ainda as Leis Complementares nº 17 de 17/05/95, 31 datada em 26/12/96

republicada em 30/12/96, passarão a serem distribuídas no respectivo Nível Superior Especial (NSE) da seguinte forma:

I - N.S.E-1 - Serventuário de Justiça de Primeira Entrância do Interior;

II - N.S.E-2 - Serventuário de Justiça de Segunda Entrância do Interior;

III - N.S.E-3 - Serventuário de Justiça de Terceira Entrância da capital;

IV - N.S.E-4 - Serventuário do Tribunal de Justiça ou seja de Segunda Instância.

Parágrafo Primeiro: Quanto aos critérios de Remoção e Promoção, far-se-á na forma do Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe.

Parágrafo Segundo: Quanto à distribuição pecuniária na forma vertical e horizontal dar-se-á nos termos da Lei nº 2.820 de 28 de julho de 1990.

Parágrafo Terceiro: O valor do vencimento inicial (N.S.E-1^A) será o valor do Nível Superior, classe "3" Referência "P" da Tabela de Vencimento dos Servidores do Poder Judiciário.

Parágrafo Quarto: O valor do vencimento básico instituído na forma do parágrafo anterior, de Nível Superior Especial, não poderá ser inferior a quinze (15) valores de Salários Mínimos estipulados pelo Governo Federal.

Artigo - XXXIII

O cargo de Agente Administrativo Judiciário pertencente ao quadro de provimento efetivo nível médio, classe "1" portador de títulos com a carga horária superior a 100 (cem) horas promovido pelo Tribunal de Justiça ou pelo Órgão de Classe, comprovadamente será elevado para classe "2" no mesmo nível, nos termos da Lei Estadual nº 2.820/90.

Parágrafo Primeiro: Os Servidores de Cargo de Agente Administrativo Judiciário com a carga horária em Seminário ou Curso de Aperfeiçoamento em sua área superior a 200 (duzentas) horas, consecutivamente terá enquadramento na classe "3" do referido nível na forma de "caput" deste artigo.

Parágrafo Segundo: O Poder Judiciário através da sua Secretaria de Recursos Humanos junto com o seu Órgão de Classe está responsável pela elaboração de Seminários ou Cursos de Aperfeiçoamento dos respectivos Servidores anualmente, não podendo ser inferior a 100 (cem) horas, com expedição de Certificado.

Parágrafo Terceiro: Aplicar-se-á o "caput" deste artigo aos Servidores de cargo de Provimento Efetivo de Nível Superior (NS) do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, ressalvadas as disposições estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 16 datada do dia 23 de dezembro de 1994.

Artigo - XXXIV

Concurso necessário ao preenchimento de vagas nos Serviços Auxiliares de Justiça e Administrativo, quando destinados a mesma categoria funcional, serão realizados, sempre que possível, unificadamente para todos os órgãos do Poder Judiciário, sendo que o Serventuário iniciará nas Jurisdições de Primeira Entrância.

Parágrafo Único: Os cargos de Serventuário na Entrância elevada dar-se-á pelo Sistema de Promoção por

merecimento e antiguidade nos termos desta Lei.

Artigo - XXXV

Ao Servidor titular de curso de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado, fica instituída a Gratificação de Titularidade de 30% (trinta por cento) proporcional até o valor base do vencimento do Servidor do Poder Judiciário.

Artigo - XXXVI

Fica instituída a Gratificação de Insalubridade para os cargos de Digitador, Operador, Programador, Analista de Computador e bem como os Servidores lotados no Arquivo e Depósito Judiciário, no valor de 1/3 (um terço) de sua remuneração.

Artigo - XXXVII

Os reajustes dos Servidores não poderá ser nunca inferior aos percentuais atribuídos aos magistrados na mesma data.

Artigo - XXXVIII

Fica instituída a Gratificação de Periculosidade para os cargos de Assistente Social Judiciário no Percentual de (50%) cinquenta por cento de remuneração do Servidor.

Artigo - XXXIX

Fica instituída a Gratificação por Serviço de Desempenho ao Servidor de Provimento Efetivo do Poder Judiciário no valor Superior a 150% (cento e cinquenta por cento) proporcional, não podendo ultrapassar a 200% (duzentos por cento) do vencimento básico do referido Servidor por Deliberação do seu Presidente.

Artigo - XL

Fica mantido o percentual de 6% (Seis por cento) na forma horizontal e 20% (Vinte por cento) na forma vertical no termo da Lei Estadual nº 2.820/90 de 18/07/90.

Artigo - XLI

A criação em Comissão de Sindicância, Inquérito, Processo Administrativo, e Comissão de Trabalho Técnico de Interesse do Tribunal e Licitação, serão privativamente constituída por Servidor de Cargo Provimento Efetivo por Deliberação do seu Presidente.

Artigo - XLII

Fica criado Cinco (05) Cargos de Provimento Efetivo por força de Concurso Público de provas ou provas e títulos de Assistente Jurídico, para integrar o Departamento de Assessoria Jurídica do Tribunal de Justiça, por Portador de Diploma de Bacharel em Direito Comprovadamente

Parágrafo Único: A escolha do Chefe da Assessoria Jurídica será o servidor mais antigo titular do Cargo de Assistente Jurídico, da Natureza comissionada, nomeado pelo seu Presidente.

Artigo XLIII

O Cargo em Comissão de Oficial de Justiça CCS-01, passará para o Símbolo CCS-0 da Tabela do Cargo Comissionado do Tribunal de Justiça e será privativo de Bacharel em Direito, ressalvados os atuais ocupantes nos referidos cargos.

Parágrafo Primeiro: Na vigência deste cargo, será automaticamente Transformado por Ato do Presidente

Declarado de Provimento Efetivo de Carreira, preenchido mediante publicação do edital; nos termos da Lei.

Parágrafo Segundo: Os atuais ocupantes e titular do Cargo de Comissão na forma deste "caput" será assegurado e computado (01) um ponto em cada prova desde que esteja no cargo por mais de cinco anos, para o cargo de Carreira de Serventuários de Justiça.

Parágrafo Terceiro: O edital que regulamentará o concurso, observará o parágrafo anterior.

Artigo - XLIV DO REGIME DO TRABALHO

O horário de trabalho, nos Serviços Auxiliares de Justiça, será determinado por Ato do Presidente do Tribunal de Justiça, obedecendo o limite máximo de 40 (quarenta) horas semanais.

Artigo - XLV

O Servidor poderá ser convocado para prestar:

- A - Serviço Extraordinário;
- B - Serviço Noturno;
- C - Serviço de Plantão.

Artigo - XLVI

Serviço Extraordinário são as horas efetivamente trabalhadas, além das normais estabelecidas, caracterizada pela temporariedade e emergência, para assegurar o funcionamento de atividades essenciais mantidas pelo Poder Judiciário.

Parágrafo Primeiro: O horário de Serviço Extraordinário de que trata o "caput" não poderá exceder a 25% (Vinte e Cinco por cento) da carga horária diária a que estiver sujeito o servidor.

Parágrafo Segundo: O Serviço Extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (Cinquenta por cento) em relação a hora normal de trabalho.

Parágrafo Terceiro: O valor da hora extraordinária do servidor, prestada em horário noturno, será acrescida de mais 20% (Vinte por cento).

Artigo - XLVII

Considera-se noturno o serviço realizado entre 20:00 (Vinte) horas de um dia e 05 (Cinco) horas do dia seguinte.

Parágrafo Primeiro: A hora de trabalho noturno será computada como de cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

Parágrafo Segundo: O Serviço noturno terá o valor de horas acrescido de 20% (Vinte por cento).

Artigo - XLVIII

Serviço de Plantão é aquele destinado ao atendimento da prestação Jurisdicional de caráter urgente.

Artigo - XLIX DAS FÉRIAS

O Servidor Judiciário fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias de férias.

Parágrafo Primeiro: Para o primeiro período aquisitivo de férias, serão exigidos 12 (Doze) meses de exercício.

Parágrafo Segundo: É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

Parágrafo Terceiro: É facultado ao servidor o gozo de férias em dois períodos, não inferior a 10 (Dez) dias consecutivos.

Artigo - L

Será pago antecipadamente ao servidor, por ocasião das férias, independentemente de solução, o acréscimo constitucional de pelo menos 1/3 (Um terço) da remuneração do período de férias.

Parágrafo Primeiro: Havendo acumulação de mais de 1 (Um) período de férias anuais, será pago ao servidor o acréscimo constitucional de 1/3 (Um Terço) correspondente a cada período.

Parágrafo Segundo: O pagamento da remuneração de férias será efetuado antecipadamente ao servidor que o requerer, juntamente com o acréscimo constitucional de pelo menos 1/3 (Um Terço), antes do início do referido período.

Parágrafo Terceiro: Na hipótese de férias parceladas, poderá o servidor indicar em qual dos períodos utilizará a faculdade de que trata este artigo.

Artigo - LI

Durante as férias, o servidor terá direito a todas as vantagens inerentes ao cargo que titula, como se estivesse em exercício, acrescidas daquelas decorrentes de substituição desde que exercida por período mínimo de 12 (doze) meses.

Artigo - LII

Fica instituída Gratificação de RISCO DE VIDA, para os cargos de Motorista Judiciário no valor de 35% (Trinta e Cinco por cento) da remuneração recebida mensalmente a que fará Jus.

Parágrafo Único: O valor do adicional do "caput" deste artigo produzirá todos os efeitos de Lei.

Artigo - LIII

O Ingresso na Carreira em Nível Funcional far-se-á por ATO DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA e publicado no Diário de Justiça do Estado de Sergipe.

Artigo - LIV

Os cargos que integra ao quadro da Secretaria de Recursos Humanos do Poder Judiciário será desempenhado pela Função de Confiança do Tribunal de Justiça, por Servidor de Provimento Efetivo do quadro do Tribunal.

Artigo - LV

O enquadramento na classe elevada pelo Sistema de Antigüidade para os Servidores Administrativo Judiciário dará automaticamente por Ato do seu Presidente.

Artigo - LVI

As Atribuições do Cargo de AVALIADOR JUDICIAL e PORTEIRO DOS AUDITÓRIOS passará a integrar as Atribuições do Cargo de Oficial de Justiça.

Parágrafo único: O Servidor titular de cargo na forma deste "caput" passará a exercer o cargo de Oficial de Justiça automaticamente nos termos do código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe.

Artigo - LVII

As Atribuições do Cargo de Distribuidor, Partidor e Contador passará a integrar ao cargo de Escrivão Oficializado na comarca.

Parágrafo Primeiro: Os atuais ocupantes dos cargos de Distribuidor, Partidor, Contador, Síndico, na forma deste "caput" passará a integrar o quadro de Oficial de Justiça na referida Jurisdição.

Parágrafo Segundo: Os Cargos Excedentes será ajustado de acordo com a Vacância do seu titular.

Parágrafo Terceiro: Enquanto existir Cargos Excedentes não haverá concurso.

Parágrafo Quarto: Os titulares de Cargos Excedentes terá vencimento unificado na entrância, na forma da Constituição Estadual.

Parágrafo Quinto: Os atuais ocupantes dos cargos de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador, Depositário, Síndico, Porteiro dos Auditórios, renunciará as suas atribuições e automaticamente serão integrado ao quadro de Oficial de Justiça, no prazo de 60(Sessenta) dias.

Parágrafo Sexto: Os Serventuários que não optarem ficará no quadro suplementar até a data de sua Aposentadoria no mesmo nível e sua respectiva referência.

Artigo - LVIII

As atribuições de Depositário passará a integrar ao Cargo de Escrivão Oficializado na Justiça Competente.

Parágrafo Único: Os Oficiais de Justiça na Jurisdição terão como atribuição complementar, executar as avaliações, perícias judiciais determinadas pelo Juiz competente.

Artigo - LIX

O ingresso na Carreira dos Cargos de Serventuário de Justiça na forma desta Lei será privativamente por Bacharel em Direito, com Diploma devidamente Registrado com vencimento básico Unificado dentro da Categoria Funcional.

Artigo - LX

Ingresso na Carreira dos Cargos de Serventuário de Justiça e somente adquirido mediante Concurso Público de Provas e/ou Provas e Títulos, mediante termo de posse lavrado pelo cartório ou Secretaria Competente.

Parágrafo Único: Os Cargos do Quadro de Serventuário de Justiça pertencendo ao Poder Judiciário, são órgãos de fé pública e de ofício, com poderes de certificarem todos os seus Atos Praticados, além de outros definidos em Lei Federal.

Artigo - LXI

Os Cargos de Escrivão e Oficial de Justiça que integra o quadro de Serventuário de Justiça são de Natureza Técnica Profissionalizante com vencimento básico unificado nos termos da Constituição Estadual do Estado de Sergipe.

Artigo - LXII

Os atos a serem diligenciados na forma de Lei Federal desempenhado pelo Serventuário de Justiça será observado na sua investidura nos artigos 25 e 101 da magna Carta Estadual.

Artigo - LXIII

Os atuais ocupantes de Cargo de Serventia nomeado até a data da vigência da Lei Federal nº 8.935 de 18 de novembro de 1994, fará jus à permanência de sua remuneração.

Parágrafo Único: Os atuais Cargos de Escrevente Compromissado e Juramentado por Ato do Presidente passa a integrar ao quadro de Serventuário de Justiça na Entrância em que estiver vinculado, até a data da vigência desta Lei.

Artigo - LXIV

Os Cargos de Escrevente Compromissado e/ou Juramento será privativamente, mediante por Concurso Público de provas e/ou provas e títulos, nos termos do artigo 25 da Constituição Estadual, por portador de Diploma de Bacharel em Direito.

Parágrafo Único: Os Cargos de Escrevente Juramentado e/ou Compromissado será remunerado pelos cofres públicos, e com atribuições definidos por Resolução do Tribunal Pleno.

Artigo - LXV

São Considerados os Cargos de Primeiro Grau. E são organizados da seguinte forma de natureza efetiva (NB), e nas respectivas referências.

1 - Auxiliar de Serviços Básicos Judiciário (NB-1-A);

2 - Vigilante Judiciário (NB-1-A);

Parágrafo Único: Fica criado a classe "3" com as suas respectivas referências a serem preenchidas por Servidor de Classe anterior, nos termos desta Lei.

São Considerados Cargos de Provimento efetivo de Segundo Grau: Os Níveis Médio com as classes, 1,2 e 3 e suas respectivas referências da seguinte forma:

1 - Agente Administrativo Judiciário (NM-1-A);

2 - Assistente Técnico Judiciário (NM-2-A);

3 - Secretário de Fórum Judiciário (NM-2-A);

4 - Secretário do Juízo Judiciário (NM-2-A);

5 - Técnico Contabilidade Judiciário (NM-2-A);

6 - Técnico em Administração (NM-2-A);

7 - Comissário de Menor (NM-2-A);

8 - Programador de Computador (NM-3-A);

9 - Digitador de Computador (NM-2-A);

10 - Operador de Computador (NM-2-A);

11 - Analista de Sistema (NS-2-A).

Artigo - LXVI

São Considerados Cargos Técnicos Judiciário de Curso Superior (NS-1-A), de provimento efetivo:

1 - Assistente Social Judiciário;

2 - Auxiliar Técnico Judiciário;

3 - Professor Judiciário;

4 - Pedagogo Judiciário;

5 - Enfermeira Judiciário;

6 - Médico Judiciário;

7 - Psicólogo Judiciário;

8 - Técnico em Assuntos Historiográficos Judiciário;

9 - Administrador Judiciário;

10 - Bibliotecário Judiciário;

11 - Arquivista Judiciário;

12 - Contador Judiciário;

13 - Assistente Jurídico Judiciário;

14 - Engenheiro Civil Judiciário;

15 - Auxiliar de Cartório;

16 - Auxiliar de Escrivão Judiciário.

Artigo - LXVII

São Cargos de Carreira de Provimento efetivo pertencendo ao quadro de Serventuário de Justiça de Nível Superior Especial (N.S.E.):

- 1 - Tabelião
- 2 - Escrivão;
- 3 - Oficial de Justiça;
- 4 - Oficial de Registro Civil

Parágrafo Único: As atribuições dos Cargos de Serventuários, serão definidos por Resoluções do Tribunal.

Artigo - LXVIII

Os Servidores Terão os seus avanços na forma Horizontal e Vertical de acordo com o Sistema de Promoção nos termos desta Lei.

Artigo - LXIX

Anualmente o Tribunal publicará nominalmente a relação dos Servidores que tem direito a promoção por Antigüidade e merecimento, no Diário da Justiça do Estado de Sergipe.

Artigo - LXX

A Jurisdição de Primeira Entrância será desenvolvida de acordo com o quadro funcional e com sua quantidade de cargos na seguinte forma:

AQUIDABÃ:

Distrito:

- 1 - Canhoba
- 2 - Graccho Cardoso

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	1	04	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	1	-	AaP

ARAUÁ:

Distrito:

- 1 - Riachão do Dantas
- 2 - Pedrinhas

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	1	-	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	1	-	AaP

CAPELA:

Distrit:

- 1 - Muribeca

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	1	04	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	1	-	AaP

CAMPO DO BRITO

Distrito:

- 1 - Macambira
- 2 - São Domingos
- 3 - Pedra Mole

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	1	04	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	1	-	AaP

CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO:

Distrito:

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	1	-	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	1	-	AaP

CARIRA:

Distrito:

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	1	5	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	1	-	AaP

CEDRO DE SÃO JOÃO:

Distrito:

- 1 - Amparo do São Francisco
- 2 - Malhada dos Bois
- 3 - São Francisco
- 4 - Teiha

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	1	9	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	1	-	AaP

CRISTINÁPOLIS:

Distrito:

- 1 - Tomar do Geru

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	1	3	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	1	-	AaP

FREI PAULO:

Distrito:

- 1 - Pinhão

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	1	3	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	1	-	AaP

GARARU:

Distrito:

- 1 - Itabi
- 2 - Nossa Senhora de Lourdes

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	1	6	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	1	-	AaP

ITABAIANINHA:

Distrito:

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	1	03	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	1	-	AaP

ITAPORANGA D'AJUDA:

Distrito:

1 - Salgado

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	1	03	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	1	-	AaP

JAPARATUBA:

Distrito:

1 - Carmópolis
2 - Pirambu

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	1	06	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	1	-	AaP

LARANJEIRAS:

Distrito:

1 - Areia Branca

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	1	03	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	1	-	AaP

MARUIM:

Distrito:

1 - General Maynard
2 - Rosário do Catete

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	1	06	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	1	-	AaP

NEÓPOLIS:

Distrito:

1 - Japoatã
2 - Santana do São Francisco

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	1	06	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	1	-	AaP

NOSSA SENHORA DAS DORES:

Distrito:

1 - Cumbe
2 - Siriri

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	1	06	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	1	-	AaP

NOSSA SENHORA DA GLÓRIA:

Distrito:

1 - Feira Nova

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	1	04	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	1	-	AaP

PACATUBA:

Distrito:

1 - Brejo Grande
2 - Ilha das Flores

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	1	06	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	1	-	AaP

POÇO REDONDO:

Distrito:

1 - Monte Alegre de Sergipe

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	1	04	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	1	-	AaP

POÇO VERDE:

Distrito:

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	1	02	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	1	-	AaP

PORTO DA FOLHA:

Distrito:

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	1	02	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	1	-	AaP

RIACHUELO:

Distrito:

- 1 - Divina Pastora
2 - Malhador
3 - Santa Rosa de Lima

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	1	08	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	1	-	AaP

RIBEIRÓPOLIS:

Distrito:

- 1 - Moita Bonita
2 - Nossa Senhora Aparecida

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	1	06	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	1	-	AaP

SIMÃO DIAS:

Distrito:

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	1	02	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	1	-	AaP

UMBAÚBA:

Distrito:

- 1 - Indiaroba
2 - Santa Luzia do Ipanhy

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	1	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	1	06	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	1	-	AaP

SUBTOTAL:

MAGISTRADO:

TABELIÃO:

ESCRIVÃO:

OF. DE JUSTIÇA:

OF. DE REGISTRO CIVIL:

EXCEDENTE:

TOTAL:

Artigo - LXXI

Fica mantida a Jurisdição de Segunda Entrância do Interior e sendo desenvolvidas as atividades judiciais de acordo com o quadro seguinte:

BOQUIM:

Distrito:

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	2	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	2	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	04	2	-	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	2	-	AaP

ESTÂNCIA:

Distrito:

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	02	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	2	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	2	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	2	02	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	2	-	AaP
C.C.E.	CHEFE DE SECRET.	01	3	-	-
C.C.S.	OF. DE JUSTIÇA	03	0	-	-
C.C.S.	OF. DE SECRET.	03	1	-	-
C.C.E.	CONCILIADOR	01	3	-	-

ITABAIANA:

Distrito:

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	02	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	2	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	2	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	04	2	01	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	2	-	AaP
C.C.E.	CHEFE DE SECRET.	01	3	-	-
C.C.S.	OF. DE JUSTIÇA	03	0	-	-
C.C.S.	OF. DE SECRET.	03	1	-	-
C.C.E.	CONCILIADOR	01	3	-	-

LAGARTO

Distrito:

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	02	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	2	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	2	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	04	2	01	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	2	-	AaP
C.C.E.	CHEFE DE SECRET.	01	3	-	-
C.C.S.	OF. DE JUSTIÇA	03	0	-	-
C.C.S.	OF. DE SECRET.	03	1	-	-
C.C.E.	CONCILIADOR	01	3	-	-

NOSSA Sª DO SOCORRO

Distrito:

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	02	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	02	2	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	2	-	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	2	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	06	2	-	AaP

PRÓPRIA:

Distrito:

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	02	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	02	2	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	2	-	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	2	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	06	2	-	AaP

SÃO CRISTÓVÃO

Distrito:

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	02	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	2	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	2	-	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	2	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	2	02	AaP
C.C.E.	CHEFE DE SECRET.	-	3	-	-
C.C.S.	OF. DE JUSTIÇA	03	0	-	-
C.C.S.	OF. DE SECRETARIA	03	1	-	-

TOBIAS BARRETO

Distrito:

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	TABELIÃO	01	2	-	AaP
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	2	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	04	2	-	AaP
N.S.E.	OF. DE REG. CIVIL	01	2	-	AaP

TERCEIRA ENTRÂNCIA

ARACAJU

1ª VARA CÍVEL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	3	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	3	-	AaP

2ª VARA CÍVEL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	3	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	3	-	AaP

3ª VARA CÍVEL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	3	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	3	-	AaP

4ª VARA CÍVEL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	3	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	3	-	AaP

5ª VARA CÍVEL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	3	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	3	-	AaP

6ª VARA CÍVEL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	3	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	3	-	AaP

7ª VARA CÍVEL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	3	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	3	-	AaP

8ª VARA CÍVEL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	3	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	3	-	AaP

9ª VARA CÍVEL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	3	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	3	-	AaP

10ª VARA CÍVEL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	3	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	3	-	AaP

11ª VARA CÍVEL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	3	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	3	-	AaP

12ª VARA CÍVEL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	3	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	3	-	AaP

13ª VARA CÍVEL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	3	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	3	-	AaP

14ª VARA CÍVEL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	3	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	3	-	AaP

15ª VARA CÍVEL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	3	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	3	-	AaP

16ª VARA CÍVEL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	3	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	3	-	AaP

17ª VARA CÍVEL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	3	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	3	-	AaP

18ª VARA CÍVEL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	3	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	3	-	AaP

19ª VARA CÍVEL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	3	-	AaP
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	03	3	-	AaP

SUBTOTAL:
MAGISTRADO:
ESCRIVÃO:
OF. DE JUSTIÇA:
TOTAL:

Artigo - LXXII

- Fica mantida as Varas Criminais da Capital da seguinte forma nos termos desta Lei:

ARACAJU

1ª VARA CRIMINAL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
C.C.E.	CHEFE DE SECRET.	01	3	-	-
C.C.S.	OF. DE JUSTIÇA	03	0	-	-
C.C.S.	OF. DE SECRETARIA	03	1	-	-

2ª VARA CRIMINAL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
C.C.E.	CHEFE DE SECRET.	01	3	-	-
C.C.S.	OF. DE JUSTIÇA	03	0	-	-
C.C.S.	OF. DE SECRETARIA	03	1	-	-

3ª VARA CRIMINAL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
C.C.E.	CHEFE DE SECRET.	01	3	-	-
C.C.S.	OF. DE JUSTIÇA	03	0	-	-
C.C.S.	OF. DE SECRETARIA	03	1	-	-

4ª VARA CRIMINAL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
C.C.E.	CHEFE DE SECRET.	01	3	-	-
C.C.S.	OF. DE JUSTIÇA	03	0	-	-
C.C.S.	OF. DE SECRETARIA	03	1	-	-

5ª VARA CRIMINAL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
C.C.E.	CHEFE DE SECRET.	01	3	-	-
C.C.S.	OF. DE JUSTIÇA	03	0	-	-
C.C.S.	OF. DE SECRETARIA	03	1	-	-

6ª VARA CRIMINAL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
C.C.E.	CHEFE DE SECRET.	01	3	-	-
C.C.S.	OF. DE JUSTIÇA	03	0	-	-
C.C.S.	OF. DE SECRETARIA	03	1	-	-

7ª VARA CRIMINAL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
C.C.E.	CHEFE DE SECRET.	01	3	-	-
C.C.S.	OF. DE JUSTIÇA	03	0	-	-
C.C.S.	OF. DE SECRETARIA	03	1	-	-

8ª VARA CRIMINAL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
C.C.E.	CHEFE DE SECRET.	01	3	-	-
C.C.S.	OF. DE JUSTIÇA	03	0	-	-
C.C.S.	OF. DE SECRETARIA	03	1	-	-

9ª VARA CRIMINAL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
C.C.E.	CHEFE DE SECRET.	01	3	-	-
C.C.S.	OF. DE JUSTIÇA	03	0	-	-
C.C.S.	OF. DE SECRETARIA	03	1	-	-

10ª VARA CRIMINAL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
C.C.E.	CHEFE DE SECRET.	01	3	-	-
C.C.S.	OF. DE JUSTIÇA	03	0	-	-
C.C.S.	OF. DE SECRETARIA	03	1	-	-

SUBTOTAL:

MAGISTRADO:

CHEFE DE SECRETARIA:

OF. DE JUSTIÇA:

OF. DE SECRETARIA:

TOTAL:

Artigo - LXXIII

- Fica mantidas as Varas de Assistência Judiciária da Seguinte forma:

ARACAJU

1ª Vara Cível Privativa de Assistência Judiciária da Capital:

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
C.C.E.	CHEFE DE SECRET.	01	3	-	-
C.C.S.	OF. DE JUSTIÇA	03	0	-	-
C.C.S.	OF. DE SECRETARIA	03	1	-	-

2ª Vara Cível Privativa de Assistência Judiciária da Capital:

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
C.C.E.	CHEFE DE SECRET.	01	3	-	-
C.C.S.	OF. DE JUSTIÇA	03	0	-	-
C.C.S.	OF. DE SECRETARIA	03	1	-	-

3ª Vara Cível Privativa de Assistência Judiciária da Capital:

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
C.C.E.	CHEFE DE SECRET.	01	3	-	-
C.C.S.	OF. DE JUSTIÇA	03	0	-	-
C.C.S.	OF. DE SECRETARIA	03	1	-	-

Artigo - LXXIV

- Fica mantido os Juizados Especiais Cíveis da Comarca de ARACAJU da seguinte forma:

1º TURNO

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
C.C.E.	CHEFE DE SECRET.	01	3	-	-
C.C.S.	OF. DE SECRETARIA	03	1	-	-
C.C.S.	OF. DE JUSTIÇA	03	0	-	-

2º TURNO

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
C.C.E.	CHEFE DE SECRET.	01	3	-	-
C.C.S.	OF. DE SECRETARIA	03	1	-	-
C.C.S.	OF. DE JUSTIÇA	03	0	-	-

3º TURNO

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
C.C.E.	CHEFE DE SECRET.	01	3	-	-
C.C.S.	OF. DE SECRETARIA	03	1	-	-
C.C.S.	OF. DE JUSTIÇA	03	0	-	-

4º TURNO

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
C.C.E.	CHEFE DE SECRET.	01	3	-	-
C.C.S.	OF. DE SECRETARIA	03	1	-	-
C.C.S.	OF. DE JUSTIÇA	03	0	-	-

5º TURNO

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	EXCED	REF.
MG	MAGISTRADO	01	-	-	-
C.C.E.	CHEFE DE SECRET.	01	3	-	-
C.C.S.	OF. DE SECRETARIA	03	1	-	-
C.C.S.	OF. DE JUSTIÇA	03	0	-	-

SUBTOTAL:

MAGISTRADO:

CHEFE DE SECRETARIA:

OF. DE SECRETARIA:

OF. DE JUSTIÇA:

TOTAL:

Artigo - LXXV

- Fica instituído o quadro Administrativo Judiciário de Nível Básico, classes: 1, 2 e 3, e suas respectivas referências, de portador de curso de primeiro grau da seguinte forma:

Quadro Administrativo de Primeiro Grau

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	REF.
N.B.	AUX. DE SERVIÇO BÁSICO JUDICIÁRIO	106	1	A a P
N.B.	VIGILANTE JUDICIÁRIO	71	1	A a P
N.B.	MOTORISTA JUDICIÁRIO	52	2	A a P

Artigo - LXXVI

- Fica instituído o quadro Administrativo dos Servidores titular de Cargo de Segundo Grau:

Quadro Administrativo de Segundo Grau

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	REF.
N.M.	AGENTE ADMINISTRATIVO JUDICIÁRIO	420	1	A a P
N.M.	ASSISTENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO	52	2	A a P
N.M.	SECRETÁRIO DE FÓRUM JUDICIÁRIO	-	2	A a P
N.M.	SECRETÁRIO DO JUÍZO	-	2	A a P
N.M.	TÉCNICO EM CONTABILIDADE JUDICIÁRIO	-	2	A a P
N.M.	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	-	2	A a P
N.M.	COMISSÁRIO DE MENOR	20	2	A a P
N.M.	PROGRAMADOR DE COMPUTADOR	-	-	A a P
N.M.	DIGITADOR DE COMPUTADOR	-	-	A a P
N.M.	OPERADOR DE COMPUTADOR	-	-	A a P
N.S.	ANALISTA DE SISTEMA	-	-	A a P

Artigo - LXXVII

- Fica instituído o quadro Administrativo Judiciário de Curso Superior (N.S-1-A) de Provimento efetivo do Tribunal de Justiça.

QUADRO FUNCIONAL

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	REF.
N.S.	ASSISTENTE SOCIAL JUDICIÁRIO	-	-	A a P
N.S.	AUXILIAR TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	-	A a P
N.S.	PROFESSOR JUDICIÁRIO	-	-	A a P
N.S.	PEDAGOGO JUDICIÁRIO	-	-	A a P
N.S.	ENFERMEIRA JUDICIÁRIO	-	-	A a P
N.S.	MÉDICO JUDICIÁRIO	-	-	A a P
N.S.	PSICÓLOGO JUDICIÁRIO	-	-	A a P
N.S.	TÉCNICO EM ASSUNTOS HISTÓRICOS JUDICIÁRIO	-	-	A a P
N.S.	ARQUIVOLOGIA JUDICIÁRIO	-	-	A a P
N.S.	CONTADOR JUDICIÁRIO	-	-	A a P
N.S.	ASSISTENTE JURÍDICO JUDICIÁRIO	-	-	A a P
N.S.	ENGENHEIRO CIVIL JUDICIÁRIO	-	-	A a P
N.S.	AUXILIAR DE CARTÓRIO	-	-	A a P
N.S.	AUXILIAR DE ESCRIVÃO JUDICIÁRIO	-	-	A a P

Artigo - LXXVIII

- Fica mantida a ESCRIVANIA DE SEGUNDA INSTÂNCIA DO TRIBUNAL

1ª ESCRIVANIA - TRIBUNAL PLENO:

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	REF.
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	4	A a P
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	02	4	A a P

2ª ESCRIVANIA - CÂMARA CRIMINAL:

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	REF.
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	4	A a P
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	02	4	A a P

3ª ESCRIVANIA- CÂMARA CÍVEL:

NÍVEL	CARGO	QUANT.	CLASSE	REF.
N.S.E.	ESCRIVÃO	01	4	A a P
N.S.E.	OF. DE JUSTIÇA	02	4	A a P

Parágrafo Primeiro: As atribuições de cada ESCRIVANIA será definidas por Resolução do Tribunal Pleno.

Parágrafo Segundo: Enquanto o preenchimento de Cargo de Serventuário na Segunda Instância ou Tribunal, será por Serventuário de última entrância da Capital por Promoção de Antiguidade ou Merecimento nos termos desta Lei.

Artigo - LXXIX

- Fica instituído o quadro Administrativo Judiciário Comissionados no Tribunal:

CARGO	QUANT.	SIMB.	CLASSE	VALOR
ASSESSOR JURÍDICO E INFORMÁTICA	02	C.C.E.	1	2.280,00
SECRET. JUDICIÁRIO ADM. E PLANEJAMENTO	04	C.C.E.	1	2.280,00
ASSESSOR ESPECIAL	01	C.C.E.	1	2.280,00
ASSESSOR JURÍDICO DE DESEMBARGADOR	20	C.C.E.	1	2.280,00
ASSESSOR JURÍDICO DA CORREGEDORIA GERAL	01	C.C.E.	1	2.280,00
SECRETÁRIO DE CORREGEDORIA GERAL	01	C.C.E.	1	2.280,00
DIRETOR DE DEPART.	08	C.C.E.	2	1.900,00
CHEFE DE ASSES. DO GAB. DO PRESIDENTE	01	C.C.E.	3	1.584,00
ASSISTENTE MILITAR	01	C.C.E.	3	1.584,00
ASSISTENTE TEC. DO PRESIDENTE	02	C.C.E.	3	1.584,00
ASSISTENTE JURÍDICA	02	C.C.E.	3	1.584,00
CHEFE DE SECRETARIA (VARAS ou JPC)	20	C.C.E.	3	1.584,00
COORDENADOR	03	C.C.E.	3	1.584,00
CONCILIADOR	17	C.C.E.	3	1.584,00
DIRETOR DE ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO	01	C.C.E.	3	1.584,00
DIRETOR DA BIBLIOTECA CENTRAL	01	C.C.E.	3	1.584,00
SECRETÁRIO DE DESEMBARGADOR	10	C.C.E.	3	1.584,00
DIRETOR DO DEP. DE DIVULGAÇÃO JUDICIÁRIA	01	C.C.E.	4	1.320,00
DIRETOR DO DEP. CORREGEDORIA GERAL	03	C.C.E.	4	1.320,00
DIRETOR DO DEP. DE SERVIÇO SOCIAL	01	C.C.E.	4	1.320,00
COORD. DE CERIMONIAL E DIVULG. SOCIAL	01	C.C.E.	4	1.320,00
SUB-COORDENADOR ASSESSORIA DE INFORMÁTICA	04	C.C.E.	4	1.320,00
CHEFE DE DIVISÃO	18	C.C.S.	0	1.100,00
CHEFE DA SECRETARIA JUDICIÁRIA	03	C.C.S.	0	1.100,00
CHEFE DE GABINETE VICE-PRESIDENTE	01	C.C.S.	0	1.100,00
CHEFE DE GAB. DA CORREG. GERAL	01	C.C.S.	0	1.100,00
CHEFE DE DIVISÃO OF. DE JUSTIÇA	06	C.C.S.	0	1.100,00
AUXILIAR DE JUIZ	113	C.C.S.	0	1.100,00
OF. DE SECRETARIA	32	C.C.S.	1	880,00
SECRETÁRIO DA TURMA RECURSAL	67	C.C.S.	1	880,00
CHEFE DE DIVISÃO (AR-QUIVO, BIBLIOTECA e CORREG. GERAL)	02	C.C.S.	1	880,00
CHEFE DE SETOR DO JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE	11	C.C.S.	1	880,00
CHEFE DE SECRETARIA ADMINISTRATIVA	07	C.C.S.	2	704,00
CHEFE DE SECRETARIA DE APOIO	12	C.C.S.	3	564,00
GUARDA DE SEGURANÇA	10	C.C.S.	3	564,00
	24	C.C.S.	3	564,00

Artigo - LXXX

- Fica mantido o Cargo de DISTRIBUIDOR DA CAPITAL com atribuições definidas no código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe, com vencimento unificado ao do Escrivão da Capital.

Artigo - LXXXI

- Fica Estruturado o quadro Unificado de Provimento efetivo dos Cargos Integrantes ao Poder Judiciário na forma desta lei para cada Cargo, com Níveis, Classe e Referências a seguir:

QUADRO ADMINISTRATIVO

NÍVEL	CLASSE	REFERÊNCIA	VALOR INICIAL R\$
N.B.	1	A a P	328,24
N.B.	2	A a P	393,89
N.B.	3	A a P	472,67
N.M.	1	A a P	694,36
N.M.	2	A a P	833,23
N.M.	3	A a P	999,88
N.S.	1	A a P	1.100,00
N.S.	2	A a P	1.320,00
N.S.	3	A a P	1.584,00
N.S.E.	1	A a P	1.100,00
N.S.E.	2	A a P	1.320,00
N.S.E.	3	A a P	1.584,00
N.S.E.	4	A a P	1.900,00

Artigo - LXXXII

- Integram a Estrutura Administrativa Judiciária da Corregedoria Geral da Justiça dois Cargos de Escrivão e dois Oficiais de Justiça que exerceram por designação pelo Presidente do Tribunal, após ouvido o Corregedor Geral da Entrância mais elevada.

Parágrafo Único: Fica instituída Gratificação para o servidores nos termos deste "Caput".

Artigo - LXXXIII

- O Servidor Público de Provimento Efetivo municipal cedido ao Poder Judiciário por mais de (05) cinco anos, até a data da vigência desta Lei serão redistribuídos no quadro de provimento efetivo do tribunal de Justiça de igual Nível ou semelhante, na forma da lei nº 2.820 de 18 de julho de 1990.

Artigo - LXXXIV

- Fica mantida a Vara de Assistência Judiciária da Jurisdição de São Cristóvão nos termos desta lei.

Artigo - LXXXV

- Fica mantido o Juizado Especial Civil e Criminal da Comarca de Segunda Entrância de Nossa Senhora do Socorro com a Estruturação igual da Comarca da Capital.

Artigo - LXXXVI

- Fica mantido o Juizado Especial Civil e Criminal da Comarca de São Cristóvão com a Estruturação igual da Capital.

Artigo - LXXXVII

- Fica mantida os Juizados Especial Criminal da Comarca de Aracaju, com a estruturação igual aos demais Juizados na forma de Lei anterior em vigor.

Artigo - LXXXVIII

- Aplica-se aos Magistrados o valor da Gratificação por Serviço Judiciário nos termos desta Lei.

Artigo - LXXXIX

- Fica assegurado ao magistrado o pagamento da Gratificação de Nível Universitário (N.U.) criado pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Sergipe em Vigor.

Artigo - XC**DO DIREITO DE PETIÇÃO**

- É assegurado ao Servidor do Judiciário o direito de requerer, pedir, reconsideração, representação, recorrer, em defesa do seu direito ou legítimo interesse próprio.

Artigo - XCI

- A petição será dirigida à autoridade competente, conforme previsão do Código de Organização Judiciária e na Legislação Federal Vigente.

Artigo - XCII

- Cabe pedido de reconsideração que não poderá ser renovado à autoridade que houver prolatado o despacho proferido à primeira decisão ou praticado o ato.

Parágrafo Primeiro: O pedido de reconsideração deverá conter novos argumentos ou provas suscetíveis de reformar o despacho, decisão ou ato.

Parágrafo Segundo: O pedido de reconsideração não tem efeito suspensivo e será apresentado no prazo de 10 (dez) dias, a partir da ciência do ato, para decisão em 20 (vinte) dias.

Artigo - XCIII

- Caberá recurso, como última instância administrativa, do indeferimento do pedido de reconsideração.

Parágrafo Primeiro: O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão ou expedido o ato.

Parágrafo Segundo: O recurso será encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Parágrafo Terceiro: O recurso será apreciado e julgado pelo Pleno do Tribunal de Justiça e sendo publicado o seu voto.

Parágrafo Quarto: A Secretaria Judiciária é o órgão responsável pela sua Tramitação e suas notificações necessárias para as partes.

Parágrafo Quinto: A tramitação será preparada nas formas adotadas pelas Resoluções do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça que disciplinou os recursos.

Artigo - XCIV**DA SINDICÂNCIA**

I - Como preliminar do processo administrativo, nos casos passíveis de demissão, de cassação de aposentadoria ou de disponibilidade, quando a falta não se revelar evidente;

II - Como condição para imposição das demais penas;

III - Para apuração e esclarecimento de fatos noticiados à autoridade judiciária ou por conhecimento de ofício, que denotem ilícito funcional, com ou sem autoria conhecida.

Parágrafo Único: Em todos os casos, sendo conhecido o sindicato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Artigo - XCV

- Instaurada a sindicância, dar-se-á ao sindicato, objetivamente, ciência da acusação e do direito de exercer defesa, constituído, querendo, advogado.

Artigo - XCVI

- O prazo para defesa será de cinco (05) dias.

Artigo - XCVII

- A sindicância será feita por membro do Tribunal e Juizes, conforme dispuser o código de organização judiciária.

Artigo - XCVIII

- A autoridade sindicante verificará as circunstâncias do fato, interrogando o sindicato, inquirindo o autor da representação, se houver, e as testemunhas, apreciando os documentos que possam esclarecer o fato investigado.

Parágrafo Único: Em seguida, oportunizará manifestação do sindicato no prazo de cinco (05) dias.

Artigo - XCIX

- Concluída a sindicância, o sindicante, no prazo de dez (10) dias, fará relatório circunstanciado à autoridade que o nomeou, sugerindo a solução. Se instaurado o procedimento de ofício, decidirá segundo sua competência, com cópia da decisão ao órgão competente ou a submeterá à apreciação superior, se vislumbrar incidência de penalidade mais elevada.

Artigo - C

- De posse do relatório e à vista das informações, a autoridade superior poderá determinar novas diligências e, afinal, decidirá ou mandará instaurar processo administrativo, se for o caso.

Artigo - CI

- Quando confessada ou documentalmente comprovada a falta, as penas em lei, poderão, ouvido o servidor, ser aplicadas independentemente de sindicância.

Artigo - CII

- A sindicância deverá ser concluída no prazo máximo de 90 (noventa) dias, podendo, justificadamente, ser prorrogado por mais 40 (quarenta) dias.

Artigo - CIII

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

- A autoridade que tiver ciência de irregularidade ou prática de infração funcional nos Serviços Auxiliares da Justiça é obrigada a promover sua apuração imediata, mediante meios sumários ou processo administrativo disciplinar, no prazo de 20 (vinte) dias, sob pena de se tornar co-responsável, assegurada ampla defesa ao acusado.

Artigo - CIV

- O processo administrativo será instaurado quando a falta possa determinar a aplicação da pena de demissão ou cassação da aposentadoria e de disponibilidade.

Parágrafo Único: São competentes, para determinar a abertura do processo administrativo, o Presidente do Tribunal, o Conselho da Magistratura ou Órgão correspondente, ao Corregedor Geral da Justiça.

Artigo - CV

- O processo administrativo será realizado por Desembargador ou Juiz designado pelo órgão ou autoridade competente.

Artigo - CVI

- A instauração do processo administrativo ou judicial impede a exoneração, a pedido, enquanto não reconhecida a inocência do servidor ou não cumprida a pena que não importe em demissão.

Artigo - CVII

- O processo administrativo será instaurado por portaria da autoridade competente, que conterá descrição detalhada da falta disciplinar imputada ao servidor.

§ 1º - A portaria designará o Desembargador ou Juiz processante e fixará o prazo para sua culminância, que não excederá a 90 (noventa) dias.

§ 2º - O Desembargador ou Juiz processante:

- a) poderá designar servidor para as funções de secretário;
- b) marcará dia e hora para audiência de interrogatório do indiciado, que deverá ser citado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

Artigo - CVIII

- O mandado de citação do indiciado conterá o resumo do fato a apurar, o direito de constituir defensor e de arrolar testemunhas, em número não superior a 5 (cinco), bem como o dia e hora da audiência.

Artigo - CIX

- Não sendo encontrado o indiciado, ou ignorado seu paradeiro, a citação far-se-á por edital, com prazo de 10 (dez) dias, inserto 2 (duas) vezes no Diário da Justiça. O prazo será contado da primeira publicação e certificado no processo pelo secretário.

§ 1º - Achando-se o indiciado ausente do lugar em que corre o processo, será citado via postal, com aviso de recebimento, juntando-se aos autos o comprovante.

§ 2º - Não comparecendo o indiciado ou não justificando motivadamente sua ausência, o processo seguirá à revelia.

Artigo - CX

- Interrogado, o indiciado terá o prazo de 10 (dez) dias para requerer diligências, produzir prova documental e arrolar testemunhas.

Parágrafo Único: O Desembargador ou Juiz processante nomeará defensor ao indiciado que não o constituir.

Artigo - CXI

- O indiciado tem o direito de, pessoalmente ou por intermédio de defensor, assistir aos atos probatórios, requerendo o que julgar conveniente aos seus interesses.

Artigo - CXII

- Havendo no processo mais de um indiciado, o número de testemunhas de cada um não excederá 5 (cinco).

Parágrafo Único: Não encontradas as testemunhas de defesa, e não indicando o indiciado, no prazo de 5 (cinco) dias, outras em substituição, prosseguir-se-á nos demais termos do processo.

Artigo - CXIII

- A autoridade processante, durante o processo, poderá ordenar qualquer diligência que tenha sido requerida ou se lhe afigure necessária ao esclarecimento do fato, inclusive prova pericial.

Artigo - CXIV

- Ao tomar conhecimento de arguições novas contra o indiciado, a autoridade processante colherá as provas, facilitando as contraprovas de defesa.

Artigo - CXV

- A ficha funcional do indiciado constará sempre dos autos.

Artigo - CXVI

- Encerrada a instrução, o indiciado terá vista dos autos, em mãos do secretário, para apresentação de razões, em 10 (dez) dias.

§ 1º - Findo o prazo, o processante apresentará o relatório circunstanciado e parecer, em 10 (dez) dias.

§ 2º - No relatório, a autoridade apreciará as irregularidades e faltas funcionais imputadas ao indiciado, as provas colhidas, as razões de

defesa, propondo a absolvição ou punição e, neste caso, indicará a pena a ser aplicada.

§ 3º - Finda a instrução, o processo será remetido ao Órgão competente para julgamento.

Artigo - CXVII DOS RECURSOS

- Das decisões originárias caberá recurso ao órgão ou autoridade competente, conforme dispuserem as resoluções Supremo Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal.

Artigo - CXVIII

- O prazo para recorrer é de 10 (dez) dias, contados da data em que o servidor tiver conhecimento pessoal da decisão.

Artigo - CXIX

- o recurso será interposto mediante petição fundamentada à autoridade julgadora.

Artigo - CXX

- Os recursos terão efeito suspensivo, podendo a autoridade, em casos especiais, recebê-los com efeito meramente devolutivo, justificando à instância superior.

Artigo - CXXI

- Em juízo de retratação, se a decisão for mantida, o recurso será encaminhado à autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias.

Artigo - CXXII

- Poderão ser conferidos, no âmbito do Poder Judiciário Estadual, prêmios, em espécie ou não, pela apresentação de idéias, inventos ou trabalhos que possibilitem o aumento de produtividade e a redução de custos, nos termos do regulamento.

Artigo - CXXIII

Equipara-se ao cônjuge, para efeitos desta lei, a companheira ou companheiro que comprove união estável com entidade familiar.

Parágrafo Único: Consideram-se da mesma família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e constem no seu assentamento individual.

Artigo - CXXIV

- Os prazos previstos nesta lei serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente.

Artigo - CXXV

- Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer de seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem eximir-se do cumprimento de seus deveres.

Artigo - CXXVI

- Ao servidor efetivo do Judiciário não será vedado o exercício de função de confiança em qualquer de seus órgãos.

Artigo - CXXVII

- São assegurados ao servidor do Poder Judiciário os direitos de associação profissional ou sindical.

Artigo - CXXVIII

- Os servidores da Justiça, no exercício de suas atribuições, não estão sujeitos às sanções disciplinares por crítica irrogada em quaisquer escritos de natureza administrativa.

Parágrafo Único: A requerimento do interessado, poderá a autoridade suprimir as críticas irrogadas.

Artigo - CXXIX

- O servidor que esteja sujeito à fiscalização de órgão profissional e for suspenso do exercício da profissão, enquanto durar a medida, não poderá desempenhar atividade que envolva responsabilidade técnico-profissional.

Artigo - CXXX

- Na hipótese de publicação tardia de atos concessivos de vantagens, a atualização monetária é devida.

Artigo - CXXXI

- As vantagens pecuniárias, que dependam de requerimento do servidor, serão atualizadas a contar do 1º dia da data do protocolo do pedido.

Artigo - CXXXII

- Quando a vantagem independer de requerimento do servidor, a atualização monetária é devida a contar da data em que este implementou as condições necessárias a sua concessão.

Artigo - CXXXIII

- Ao servidor do Poder Judiciário é assegurado, nos termos da Constituição Federal e da Constituição Estadual, o direito a livre organização sindical e os seguintes direitos, entre outros, dela decorrentes:

- a) de ser representado pelo sindicato, inclusive como substituto processual;
- b) de inamovibilidade do dirigente sindical, até 1 (um) ano após o final do mandato, exceto se a pedido;
- c) de descontar em folha, sem ônus para a entidade sindical a que for filiado, o valor das mensalidades e contribuições definidas em assembléia geral da categoria.

Artigo - CXXXIV

- Fica estruturado de Provimento efetivo de Cargos no Juizados de Pequenas Causas Cíveis e Criminais do Poder Judiciário no Estado de Sergipe, da seguinte forma:

- I - Um Cargo de Juiz de Direito;
- II - Um Cargo de Escrivão;
- III - Dois Cargos de Oficiais de Justiça;
- IV - Um Cargo de Conciliador.

- Parágrafo Único: Fica criado em cada Juizado um Cartório com competência já definida em Lei de Jurisdição de Primeira Entrância.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

SINDISERJ - SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO NO ESTADO DE SERGIPE, pessoa jurídica constituída sob a forma de entidade de classe, inscrito no CGC/MF sob o nº 32.742.678/0001-36, neste ato representado por seu Presidente CLÁUDIO SIQUEIRA CARVALHO, vem à honrada presença de Vossa Excelência, com fulcro no art. 3º, Inciso III da Constituição Federal, expor e requerer o seguinte.

Por força da Portaria nº 017/96 GPI, de 06 de fevereiro de 1996, originária dessa presidência, ficou definido, nos categóricos termos do Art. 4º, parágrafo 1º, Incisos I e II, o que são cargos da mesma natureza ou assemelhados. Senão, vejamos:

"Art. 4º - (...)

Parágrafo 1º - São cargos da mesma natureza ou assemelhados:

- I - Escrivão e Chefe de Secretaria;
- II - Oficial de Justiça, Porteiro dos Auditórios, Avaliador e Depositário Público, Distribuidor, Partidor e Contador".

Com o advento da Lei Complementar nº 28, de 18 de dezembro de 1996, o titular do Cargo de Distribuidor da Capital, sob o regime oficializado ou não, passou a perceber o mesmo vencimento de Escrivão de 2ª Entrância de Vara Oficializada (ex. vi art. 3º).

É de se perceber, Excelência, que foram excluídos da equiparação de vencimento de Escrivão de 2ª Entrância os demais cargos que a portaria retromencionada considerou da mesma natureza ou assemelhados.

Data máxima vênia, entende este Sindicato que o tratamento desigual, dado aos iguais, pelo legislador infraconstitucional "fere de morte" o princípio da igualdade, máxima, o art. 39, parágrafo primeiro da Carta de Outubro, verbis:

"Art. 39. (...)

Parágrafo 1º - A lei assegurará, aos servidores da administração direta, Isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo Poder ou entre servidores do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho".

Isto posto, o SINDISERJ - Representante requer a Vossa Excelência sejam estendidos aos cargos de Avaliador de 1ª Entrância, Distribuidor, Partidor e Contador do interior (1ª e 2ª Entrância), Oficial de Justiça (1ª, 2ª Entrância e Tribunal de Justiça) e ao de Porteiro dos Auditórios (interior e capital), os vencimentos de Escrivão de 2ª Entrância de que trata a Lei Complementar nº 28/96.

Nestes termos, pede e aguarda
DEFERIMENTO

Aracaju/SE, 29 de abril de 1997.

CLÁUDIO SIQUEIRA CARVALHO
Presidente

QUEIXA

O velhinho se aproxima do corredor do fórum, puxando a filha pelo braço. Há duas semanas que vinha tentando falar com o juiz e não conseguia. Valia a pena aquela insistência? O homem lhe daria ouvidos? Podia ser, quem sabe. Em todo caso, arriscaria. O caso era grave, tão grave que o obrigara a pisar ali pela primeira vez, nos seus quase oitenta anos de peleja no cabo da enxada, do machado e da estroenga.

- Doutor, preciso conversar com o senhor. Segredo de justiça.

Mão no trinco, metade do corpo dentro do gabinete, o meritíssimo mirou-o com jeito de pena.

- Pois não. Entre.

Obedece. Senta-se numa cadeira macia. A filha o imita.

Então, meu velho, o que houve? - pergunta o juiz, ocupando uma cadeira giratória, na cabeceira da comprida mesa com os pés em xis.

Uma desgraça, doutor. Tou arrasado. Quero que a minha honra seja reparada. - As mãos cruzadas sobre a mesa mostram as unhas encardidas e os dedos encascorados. - Minha filha, doutor, tá perdida. Todo mundo tá falando dela na cidade. Veja se há vergonha maior para um pai. O sujeito que botou a Nacinha a perder é um malandro de marca, vive de biscate, não tem uma profissão certa, como meus dois genros. Estes, sim, homens direitos, considerados.

O homem da lei volta-se para a menina.

- É verdade o que seu pai disse? Esse rapaz lhe fez o mal realmente?

Inácia ajeita-se melhor na cadeira, desembaraço no fiozinho de voz meio gemente.

- Não senhor. A gente só fez se beijar e se abraçar.

O magistrado estala os dedões compridos, de unhas tratadas.

- Nesse caso, seu Zacarias, não posso fazer nada. Não houve o que o senhor está pensando.

O velho coça as manchas brancas do braço mulato, os olhinhos de preá lacrimando.

- Mas doutor, esse moleque não vale nada, é um perdido, e botou a minha filha no mesmo caminho. O senhor precisa dar um jeito, fazer o casório, do contrário... sou um homem liquidado, com a cara calçada de vergonha.

O Meritíssimo estende as mãos espalmadas sobre o móvel.

- Eu compreendo a sua situação, mas não posso fazer nada. Não houve desfloramento, conforme revelou sua filha. Por isso...

O enxadeiro engrossa o choro silencioso.

- Eu só queria que o doutor fizesse o sem-vergonha casar, pra poder reparar minha honra. Só isso. Nem que depois cada um vá pra sua casa.

- A justiça não pode obrigá-lo, seu Zacarias. Não há provas contra o rapaz.

O semblante do queixoso, riscado de lágrimas, torna-se ainda mais duro.

- E o que o povo fala doutor? Ela ainda é muito nova. Só tem quatorze anos. É a minha última flor, e agora está despetalada. As outras duas vivem bem com os maridos, homens direitos, trabalhadores.

O chefe do judiciário local afaga o bigodão arruivado.

- Sinto muito, meu velho, mas não posso fazer nada.

O queixoso, em tom choroso.

- Mas doutor, a vizinhança toda tá sabendo. Todo dia um me conta uma coisa. É a minha honra ofendida.

O doutor, em tom de consolo.

- Vá pra casa e esfrie a cabeça. O senhor não é um homem desonrado. Sua filha não cometeu nada de mais. Compreenda...

O velho se levanta, toca na aba do chapéu de palha, preso na mão esquerda.

- Quer dizer que não vai fazer nada, doutor?

O ilustre representante da Comarca de Riacho do Boi fez um gesto ambíguo, com as mãos.

O queixoso ainda insiste.

- Esse freguês é um boa vida doutor, um cabra que não tem um serviço certo, que não tem respeito nem consideração pelas filhas dos outros. O senhor podia fazer ele reparar esse injúria.

O porteiro dos auditórios põe a mão no ombro do enxadeiro, e o Meritíssimo anuncia a próxima audiência.

Juraci Costa de Santana
OFICIAL DE JUSTIÇA E ESCRITOR

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Direito fundamental e necessidade básica de todo homem, encontrar um trabalho está se tornando o maior desafio nesta virada de milênio. Mais que um problema, o fenômeno do desemprego é um pesadelo para milhões de cidadãos. Sejam jovens ou velhos. Homens ou mulheres. Do campo ou da cidade. Operários ou executivos. Moradores da Índia, da Bélgica, do Uruguai ou da Suécia. Tanto que se tornou pauta obrigatória de qualquer plataforma política ou plano de governo. Mas até mesmo os programas emergenciais não dão conta de diminuir o número de pessoas sem trabalho.

Do início dos anos 80 para cá o índice de desemprego praticamente dobrou em regiões como América Latina, Ásia e Europa, chegando a quadruplicar em países como a Itália. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne 29 nações industrializadas, existem 35 milhões de desempregados nos países desenvolvidos, chegando a 800 milhões em todo o planeta, ou 14% da população mundial. E cresce também o número de subempregados, trabalhadores de meio expediente ou temporários, prestadores de serviços, e daqueles que vão para a informalidade. Enfim, tudo indica que o trabalho estável e seguro está com os dias contados.

A pergunta que todos fazem é: como isso está acontecendo se a produção industrial, o comércio e a renda crescem em todo o mundo? A resposta não é nada simples. Antes de tudo a atual crise do emprego é completamente diferente das que ocorreram no passado, motivadas por grandes períodos de recessão que, cedo ou tarde, acabavam. Hoje, o desemprego é estrutural. Não está ligado às dificuldades econômicas dessa ou daquela região do planeta. Ele é fruto do próprio crescimento econômico, das novas tecnologias, do aumento do comércio internacional, das facilidades de comunicação e transporte e da crescente interdependência entre as economias dos diversos países. Em resumo, está intrinsecamente ligado ao processo de globalização econômica que vivemos neste final de século.

REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

Do ponto de vista tecnológico, a revolução que estamos vivenciando é análoga àquela da introdução da máquina a vapor no século XVIII. Na época, a relação do homem com o trabalho mudou completamente e chegou-se a pensar que a máquina iria acabar com a mão-de-obra. O que não ocorreu. Atualmente, o processo é o mesmo, só que de uma forma mais radical e muito mais acelerada. Os avanços na área da eletrônica permitiram que máquinas totalmente automatizadas substituíssem o trabalho de dezenas de pessoas. Fábricas quase totalmente robotizadas, com poucos operários produzem muito mais, com menores custos e melhor qualidade.

Nos países europeus - com baixos índices de crescimento populacional e com mercado de consumo saturado - essa tem sido a principal causa do desemprego. Nos países em desenvolvimento, ou emergentes, como o Brasil, o processo de modernização tecnológica ainda está

dando os primeiros passos. O que, somado a fatores históricos e conjunturais, deve tornar ainda mais grave o problema do desemprego estrutural.

Além da questão tecnológica, o problema precisa ser entendido dentro do contexto da economia globalizada, o processo de aceleração capitalista que ganhou força com o fim da guerra fria e o desmoronamento dos regimes socialistas do Leste Europeu. É um entrelaçamento econômico sem precedentes na história da humanidade, onde os bens de consumo, matérias-primas, tecnologia, processo produtivo e até a inteligência utilizada não têm pátria.

A regra básica é: compra-se matéria-prima de melhor qualidade e de menor preço, venha de onde vier, coloca-se a fábrica onde houver maiores facilidades e mão-de-obra mais barata, e vende-se a mercadoria onde haja alguém com dinheiro para comprá-la. Quem fica à margem do novo processo de capital e trabalho internacionalizados está condenado ao atraso. Por outro lado, quem cumpre à risca as regras do jogo nem sempre se sai melhor. O México e a Argentina fizeram a lição de casa e agora amargam um período de forte recessão, com quebradeira de empresas e altas taxas de desemprego.

CUSTOS BAIXOS

Para se ter uma idéia do impacto da economia global sobre os países, basta analisar o custo da mão-de-obra, um dos fatores determinantes para a produção. Em 1996, um trabalhador alemão custava praticamente o mesmo que dois americanos, ou cinco trabalhadores de Taiwan ou 128 chineses. As consequências são a concentração da produção industrial e dos investimentos onde for mais adequado em determinado período. Primeiro foram os Tigres Asiáticos (Honk Kong, Coreia do Sul, Cingapura, Taiwan), que ameaçaram boa parte dos investimentos nos últimos dez anos. Agora que o valor da mão-de-obra sobe também nesses países (em 1985 o trabalho de um operário em Taiwan custava cerca de um décimo do de um americano e hoje custa apenas um terço), eles começam a sofrer a concorrência de outras economias com mão-de-obra ainda mais barata, como Índia, Paquistão e China, onde a hora trabalhada na indústria não passa de US\$ 0,25.

Esse movimento em busca do menor custo para produzir acontece também no interior dos países. No Brasil, a instalação das fábricas de automóveis fora do eixo São Paulo-Minas Gerais é também uma maneira de fugir dos altos salários e dos sindicatos fortes que atuam nessas regiões. Do mesmo modo, as indústrias de calçados dos pólos de Novo Hamburgo(RS) e Franca(SP) e as têxteis do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, e Americana (SP) estão em revoada para o Nordeste e Centro-Oeste. Enquanto em Blumenau a média dos salários na indústria têxtil é de 450 reais, no Nordeste essa média cai para R\$ 250,00.

Com esse potencial de mobilidade a indústria mundial ganhou também mais força para barganhar reduções de salários e extinção de benefícios sociais com governos e

trabalhadores. Nos Estados Unidos, os americanos que ainda mantêm seus empregos convencionais já aceitam a idéia de ganhar menos e abdicar dos benefícios sociais a que tinham direito. Hoje, apenas 56% dos trabalhadores têm um plano suplementar de aposentadoria e 45% têm seguro contra acidentes. Na Alemanha, a pressão do desemprego levou vários sindicatos - entre eles o poderoso sindicato dos metalúrgicos - a propor aos patrões a redução de benefícios, de horas extras e do próprio salário em troca da manutenção de vagas. Na França, a onda de demissões está levando os franceses a serem menos exigentes com a qualidade do trabalho. Hoje, metade dos que procuram um emprego aceitam trabalho temporário ou até meio expediente, coisa impensável há poucos anos. Na Argentina, um estudo divulgado no ano passado mostrava que, em troca da manutenção do emprego, 78% dos argentinos estavam dispostos a trabalhar mais horas pelo mesmo salário ou aceitar mudanças de turno. Cerca de 67% estavam dispostos a receber salários variáveis, de acordo com a produtividade.

RIQUEZA CONCENTRADA

Uma das consequências desse processo é o agravamento das desigualdades sociais e maior concentração de riqueza. Nos últimos 50 anos a renda mundial aumentou sete vezes, mas a distribuição desse crescimento foi altamente desigual. Na última década, os salários reais caíram 20% na América Latina e 80% em algumas regiões africanas e da ex-União Soviética. Mesmo nas economias desenvolvidas da Europa e América do Norte a concentração de renda aumenta, provocando fortes reflexos na classe média, que sempre funcionou como estabilizadora dos extremismos políticos. Como poucos têm acesso à riqueza e uma massa muito maior fica à margem, a classe média está se partindo em duas. Não por acaso os movimentos separatistas e os partidos de extrema direita ganham força na França e na Itália. O aumento dos índices de violência e de desintegração social na Europa é fruto dessa má distribuição de renda.

O economista americano Lester Thurow, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, sustenta que a aplicação da lei do mais forte por longo tempo poderia provocar uma grande ruptura social, semelhante à que viveu a Europa medieval. Naquela época, quem tinha acesso às riquezas ficava na cidade, atrás dos muros, separado dos excluídos: miseráveis, doentes e bandidos que proliferavam pelos campos. Hoje, já se pode ver tal segregação nas grandes cidades, onde comunidades ricas vivem por trás de muros cercados da máxima segurança e protegidos dos miseráveis, amontoados nas favelas ao redor.

Outro produto da globalização, e talvez o mais perigoso deles, é o famoso capital especulativo, que produz riqueza para pouquíssimas pessoas, enquanto queima a de inteiras nações. É um dinheiro volátil, itinerante, que perambula pelas bolsas de valores, em busca da melhor taxa de juros. Calcula-se que o montante de dinheiro disperso pelo mundo chegue a 13 trilhões de dólares, com movimentações diárias de 2 a 3 trilhões. É um dinheiro que pode fugir a qualquer momento à procura de segurança e boa remuneração. Pode estar aplicado na Bolsa de São Paulo em um momento, na

de Nova York uma hora depois e no dia seguinte estar em Tóquio ou em Hong Kong.

Foi esse dinheiro que, no final de 1994, afundou o México, obrigando-o a pedir moratória e socorro emergencial. O país vinha crescendo rapidamente, financiado por esses recursos externos. Quando os Estados Unidos aumentaram a taxa de juros no seu mercado interno, rapidamente os capitais estrangeiros buscaram refúgio mais seguro, abandonando o México à própria sorte. Como o mercado e o capital não têm sensibilidade moral e humana, o resultado foi a paralisação da economia do país, a recessão e o desemprego.

CAPITALISMO SELVAGEM

É preciso considerar que, no processo em curso, as grandes decisões econômicas já não estão nas mãos dos governos. Quem dita as regras são as grandes corporações internacionais. Elas decidem onde vão investir e gerar empregos, qual região do planeta desenvolver ou qual deixar na penúria. E os governos têm pouca ou nenhuma influência sobre isso. A força desses grupos econômicos é imensa. Um terço do comércio internacional é feito de trocas entre as 100 maiores corporações internacionais.

O grande cassino em que se transformou a economia mundial nesta virada do século está transformando o mundo do trabalho e o conjunto da sociedade. É, no fundo, um processo de aprofundamento do modelo capitalista implantado na Europa do pós-guerra, sob inspiração da social-democracia, que defendia um desenvolvimento econômico capaz de promover um mínimo de justiça social e de bem-estar para os cidadãos. O modelo selvagem que se está impondo agora, a partir da América do Norte e regiões desenvolvidas da Ásia, com a globalização econômica, não leva muito em conta as conquistas sociais e políticas das últimas décadas. A única regra é obter o máximo, com o mínimo de recursos materiais e humanos. Em certo sentido, é um retorno ao capitalismo selvagem que vigorou até o século XIX, agora travestido de modernidade. Afinal, quem poderia ser contra idéias como competitividade, produtividade, eficiência, qualidade e preços baixos?

No debate sobre desemprego, tecnologia e globalização, o questionamento que a sociedade deveria se colocar é: se hoje tudo gira ao redor da produção e do lucro, qual o papel do homem, qual a importância do trabalho para sua plena realização? Todo progresso tecnológico e econômico não deveria existir em função dele? Então, por que a competição global deve servir de desculpa para justificar os efeitos socialmente destrutivos de um certo tipo de comércio internacional?

Talvez seja o momento de abandonar o dogma da maximização dos lucros a qualquer custo e reforçar o aspecto emprego/trabalho para reequilibrar a balança, hoje fortemente pendida a favor do capital. E talvez seja a hora de os próprios estados nacionais começarem a premiar quem investe no trabalho humano e não só nas inovações tecnológicas. Seria um primeiro passo para deslanchar um novo tipo de projeto econômico, uma Economia de Comunhão (veja Cidade Nova 7/95 e 1-2/96), onde, além do lucro, a empresa leva em conta o número de pessoas que emprega e o compromisso com o crescimento e o progresso do conjunto da sociedade.

PROCESSOS JUDICIAIS REQUERIDOS PELA ATUAL DIRETORIA QUE ESTÃO EM TRAMITAÇÃO

Nº de ordem	Nº do processos	Tipo de Ação	Nome das partes (Requeridos)	Assunto	Observação	Outros
001	497/95	Indenização	Estado de Sergipe	Revisão P. Cargos Salários	Lei 2.820 de 1990	Minis. Público 12ª Vara Cível
002	083/94	Mandado de Segurança	Ato da Presidência	Transformação da U.R.V.	Com Relator	Retirado da Pauta em virtude de Dili-gência para citar o Estado de Sergipe, como LITISCON-SORTE necessário
003	-	Cobrança	Juracy de Arimatéia Rosa e Pedro Neidival da Cruz Duarte	Cobrança	Em tramitação	9ª Vara Cível
004	2.245/95	Prestação de Contas	Pedro Napoleão do N. Silva e Marconi dos Anjos Bourbon	Apresentação de Contas	Em tramitação	11ª Vara Cível
005	1.519/95	Declaratória	Telergipe	Devolução da L. Telefônica	Em tramitação	Remetido para 13ª Vara Cível
006	15.613/95	Declaratória	Estado de Sergipe	Declarar o cargo Tec. de Of. Justiça	Julgado	19ª Vara Cível
007	108/95	Mandado de Segurança	Corregedoria Geral da Justiça	Revisão das Custas dos Oficiais de Justiça	C/Rec. Esp. Extra. Agravos	Cartório do T. de Justiça
008	-	Cautelar C/P/ Liminar	Estado de Sergipe	Serventuários de Justiça	Em tramitação	18ª Vara Cível
009	327/96	Indenização	Estado de Sergipe	Cobrando todas as U.R.V.s	C/apelação	Rel. Des. Artur Oscar O. Deda
010	129/95	Mandado de Segurança	Governador do Estado de Sergipe	Redução de Vencimentos	C/Rec. Esp. Extra	Remetido ao STF-STJ
011	078/96	Mandado de Segurança	Estado de Sergipe	Exoneração	Negado a Segurança	Rel. Des. Antônio de Andrade Gois

Relação de débitos da administração anterior que foram pagos na atual administração e não repassados para a sua entidade.

I - Supermercado A & R	R\$ 4.000,00
II - Farmácia de Drogaria São Luiz	R\$ 218,24
III- Restaurante Bela Vista	R\$ 899,61
IV - Restaurante Almor Alcântara denominado Karne Kente	R\$ 181,00
V - Ação de execução da 9ª Vara Cível req. por Antonio Alberto Machado	R\$ 3.520,00
VI - Plano de saúde Unimed	R\$ 3.765,87
VII- Nutri-Charque Ltda	R\$ 1.500,00

Obs: Os valores pagos ainda não foram reajustados monetariamente e nem ressarcidos para a entidade.

EDITAL Nº 001/97

O Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário no Estado de Sergipe, no uso de suas atribuições legais.

Faz saber aos interessados filiados ao SINDISERJ, que torna público no prazo de 05 (cinco) dias para manifestação dos seus integrantes, o movimento geral do exercício contábil referente ao ano de 1995.

BALANÇO GERAL**ATIVO**

ATIVO CIRCULANTE.....	7.175,16D
DISPONÍVEL.....	7.175,16D
CAIXA.....	2.867,17D
Banco Conta Movimento.....	166,14D
Banese Ag 34.....	166,14D
Aplicação Liquidez Imediata.....	4.141,85D
Banese Ag 34 - FAT.....	4.141,85D
ATIVO PERMANENTE.....	3.250,00D
INVESTIMENTOS.....	1.350,00D
Instalações Telefônicas.....	1.350,00D
ATIVO IMOBILIZADO.....	1.900,00D
Bens em Operações.....	1.900,00D
MÓVEIS e UTENSÍLIOS.....	1.900,00D
TOTAL DO ATIVO.....	10.425,00D

PASSIVO

Passivo Circulante.....	557,40C
Obrigações a Recolher.....	57,40C
Obrigações sociais a Recolher.....	57,40C
Pis a Recolher.....	2,00C
INSS a Recolher.....	55,40C
Contas a PAGAR.....	500,00C
Processos a pagar.....	500,00C
Patrimônio LÍQUIDO.....	9.867,76C
TOTAL DO PASSIVO.....	10.425,16C

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1995

01 - Receita Operacional.....	68.380,27
02 - Despesas Operacionais.....	59.224,70
2.1 - Administrativas.....	21.410,90
2.2 - Tributárias.....	64,77
2.3 - Financeiras.....	60,01
2.4 - Convênios.....	37.689,02
03 - LUCRO LÍQUIDO OPERACIONAL.....	9.155,57
04 - RECEITA FINANCEIRA.....	697,30
05 - LUCRO DO EXERCÍCIO.....	9.852,87

E para que ninguém possa alegar ignorância vai o presente EDITAL publicado no BOLETIM INFORMATIVO, como de costume para ciência dos seus filiados, após o prazo legal será homologado pela Diretoria do SINDISERJ e lavrado em Ata. Ao primeiro dia do mês de março do ano de um mil, novecentos e noventa e sete. (01/03/1997).

Cláudio Siqueira Carvalho
Presidente

EDITAL Nº 002/97

O PRESIDENTE DO SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO NO ESTADO DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais...

Faz saber aos interessados filiados ao SINDISERJ, que torna público no prazo de dez (10) dias para manifestação dos Servidores do Plano de Cargo, vencimento e Carreira dos Servidores, Efetivos, Comissionados e Função de Confiança do Poder Judiciário para serem inseridas no ANTEPROJETO DE LEI a ser encaminhado ao Poder Legislativo, protocolado sob nº 1300 de 05/05/97, no Tribunal de Justiça, estando as cópias na sede do SINDISERJ, para análise do mesmo.

E para que ninguém possa alegar ignorância vai o presente edital publicado no Boletim Informativo, como de costume para ciência dos seus filiados, após o prazo legal será homologado pela Diretoria Executiva o SINDISERJ e lavrado em ATA. Aos cinco(05) dias do mês de maio(05) de um mil novecentos e noventa e sete(1997).

CLAUDIO SIQUEIRA CARVALHO
Presidente

CT. N 089/97

Aracaju, 19 de maio de 1997

Ao
SINDISERJ

Prezado Senhores

Estamos informando a V.Sª o percentual de reajuste de 24% (vinte e quatro por cento) das mensalidades a partir do mês de JULHO próximo, tempo em que estará vencendo o nosso contrato. O mencionado reajuste refere-se aos altos custos médicos-hospitalares impostos pelos prestadores de serviço.

Aguardamos a manifestação de V. Sª, para as providências administrativas devidas (emissão de carteiras, etc.).

Atenciosamente,
Hélia de Melo Fontes
Gerente Comercial

EDITAL Nº 003/97

O PRESIDENTE DO SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO NO ESTADO DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais...

Faz saber aos interessados filiados do SINDISERJ, que torna público no prazo de 05(cinco) dias para manifestação dos Servidores a RESOLUÇÃO Nº 001/97 de 27/05/97, publicado no Boletim Transparência desta entidade, fazendo parte integrante deste edital.

E para que ninguém possa alegar ignorância vai o presente EDITAL publicado no local de costume para ciência dos seus filiados, após o prazo legal será Homologado pela Diretoria do SINDISERJ e lavrado em ATA. Aos vinte e sete (27) dias do mês de maio(05) do ano de um mil novecentos e noventa e sete(1997).

Cláudio Siqueira Carvalho
Presidente

EDITAL Nº 004/97

O PRESIDENTE DO SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO NO ESTADO DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais...

Faz saber aos interessados filiados ao SINDISERJ que torna público no prazo de 05 (cinco) dias para manifestação dos Serventuários o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 1995, da Diretoria EXECUTIVA, estando à disposição na sede desta entidade.

E para que ninguém possa alegar ignorância vai o presente EDITAL publicado no local de costume para ciência dos seus filiados, após o prazo legal Homologado pela Diretoria do SINDISERJ e lavrado em ATA. Aos vinte e sete (27) dias do mês de maio (05) do ano de um mil e novecentos e noventa e sete (1997).

Cláudio Siqueira Carvalho
Presidente

EDITAL Nº 005/97

O PRESIDENTE DO SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO NO ESTADO DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais...

Faz saber aos interessados filiados ao SINDISERJ, que torna público no prazo de 05(cinco) dias para manifestação dos seus integrantes, o movimento geral do exercício contábil referente ao ano de 1996.

BALANÇO GERAL**ATIVO**

ATIVO CIRCULANTE	6,718.57D
DISPONÍVEL	6,718.57D
Caixa	1,692.07D
Banco conta Movimento	16.97D
Banese Ag. 34	16.97D
Aplicação Liquidez Imediata	5,009.53D
Banese Ag. 34 - Fit	5,009.53D
ATIVO PERMANENTE	4,255.00D
INVESTIMENTOS	1,350.00D
Instalações Telefônicas	1,350.00D
ATIVO IMOBILIZADO	2,905.00D
Bens em Operação	2,905.00D
Móveis e Utensílios	1,900.00D
Máquinas aparelhos e equipamentos	1,005.00D
TOTAL DO ATIVO	10,973.57D

PASSIVO

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	470.00C
Fornecedores	470.00C
Porcino	470.00C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10,503.57C
Patrimônio Líquido	10,503.57C
TOTAL DO PASSIVO	10,973.57C

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1996**DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA DESPESA**

01 - Receita Operacional	125.414,76
02 - Despesas Operacionais	125.415,00
2.1 - Administrativas	35.789,38
2.2 - Tributárias	50,95
2.3 - Financeiras	196,98
2.4 - Convênios	89.377,69
03 - Lucro ou (prejuízo) operacional	(0,24)
04 - Receita Financeira	636,05
05 - Lucro ou (prejuízo) do Exercício	635,81

E para que ninguém possa alegar ignorância vai o presente EDITAL publicado no BOLETIM INFORMATIVO, como de costume para ciência dos seus filiados, após o prazo legal será homologado pela Diretoria do SINDISERJ e lavrado em Ata. Ao primeiro dia do mês de março do ano de um mil, novecentos e noventa e sete. (01/03/1997).

Cláudio Siqueira Carvalho
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 001/97 DE 27 DE MAIO DE 1997

Autoriza o Presidente Registrar no Cartório Competente desta Capital os móveis utensílios adquiridos com recursos próprios dos filiados e das outras providências.

A DIRETORIA EXECUTIVA DO SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a necessidade de tornar público aquisição de móveis utensílios para organizar os serviços dos seus Departamentos Administrativos e atender melhor os seus filiados;

CONSIDERANDO a necessidade de executar a Resolução nº 01/95 datado em 03/07/97 publicado no Diário da Justiça, bem como aplicação dos seus recursos próprios do exercício do mandato da chapa "CORAGEM E DETERMINAÇÃO";

CONSIDERANDO a inexistência da prévia orçamentária e suas Despesas dos exercícios anteriores, em razão das pequenas contribuições por parte de seus filiados;

CONSIDERANDO a inexistência de regras nos motivos para aplicação do Estatuto, esta diretoria vem tornar público os seus ATOS Administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de dar conhecimento maior aos seus filiados do Patrimônio Adquirido pela atual Diretoria e Registrar no Cartório Competente desta Comarca da Capital;

CONSIDERANDO a inexistência de Controle Patrimonial de Administrações anteriores para com os seus filiados.

RESOLVE

Artigo 1º - Torna público aquisição de móveis utensílios adquiridos pela atual Diretoria para ampliação dos Serviços.

Parágrafo Primeiro: Aquisição do Patrimônio na forma "CAPUT" anterior foi adquirido com Recursos Próprios do SINDISERJ - Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário no Estado de Sergipe.

Parágrafo Segundo: Os móveis serão os seguintes:

I - Um Bloqueador - BLOCKLINE mod. MD. 007631. Nota Fiscal de Prestação de Serviço sob nº 0404, datado em 04/09/96, no valor de R\$ 97,00 (noventa e sete reais).

II - Uma Máquina Calculadora Eletrônica C/14 DÍGITOS, Marca SHARP, Mod. CS 4671 B. FITA E VISOR, Código: 033.014, Nota Fiscal nº 000588, datado em 30/01/96, no valor de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais).

III - Divisórios Naval (Eucatex) Areia JUNAEA e,

cj. Ferragens para Porta Naval (Encatex), Conforme Nota Fiscal nº 2948 e 2616, Série B-1, datado em 10/11/95 e 12/05/95 no total de R\$ 573,00 (quinhentos e setenta e três reais) com o Serviço de montagem.

IV - Um Aparelho de FAX SIMILE Mod. 8.5500, Marca DISMAC, Nº SÉRIE 9504610775 e Nota Fiscal nº 7107 datado em 27/10/95, no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais).

V - Uma Linha Telefônica (Contrato de Transferência de Direito de Uso) nº 44507, da Telergipe com prefixo nº 211-7857, datado em 16/10/95, no valor de R\$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais).

VI - Três Armário de Aço C/02 Portas, Med. 1,98 X 1,20 - Marca PANDIM Modelo 403, Nota Fiscal nº 21229, datado em 20/09/95, valor de R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais).

VII - Armários de Aço C/02 Portas, Med. 1,70 X 0,70 - Marca PANDIM Modelo 407, Nota Fiscal nº 21229, datado em 20/09/95, no valor de R\$ 145,00 (cento e quarenta e cinco reais).

VIII - Três ESTANTES DE AÇO C/06 Prateleiras Med. 1,98 X 0,90, Marca PANDIM Mod. EDPC LISA ESPECIAL, Nota Fiscal nº 21.229, datado em 20/09/95, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). Pago pelo Cheque nº 658016/BANESE nominal a ESCRITOLAR.

IX - Um Aparelho de AR CONDICIONADO AP-10000 BTU'S, 220V, AP 100 MARCA PROSDÓCIMO - Código Nº 004.016 - Conforme Nota Fiscal nº 005684 - Datado em 10/12/96, no valor de R\$ 705,00 (setecentos e cinco reais).

X - Um(01) Micro Computador Pentium-133, 01(um) Monitor SVGA Color e 01(um) Conversor de Energia, Conforme Notas Fiscais sob nº 0097-0081 e 0345 datadas em 03/04/97, 08/04/97, com valor total de R\$ 1.696,00 (um mil seiscentos e noventa e seis reais). SEF/SERGIPE - ENTRADA: 01.95.03.1.07361/139-7.

XI - Uma (01) Impressora - HP DESK JET-692, Código: IMP-HP, Nota Fiscal nº 001289, datada em 15/04/97, com valor total de R\$ 604,00 (Seiscentos e quatro reais). SEF/SERGIPE - ENTRADA: 55.95.03.1.00355/063-0.

XII - Uma Cadeira 407 Secretária Giratória S/B, Código: 10000270, conforme Nota Fiscal nº 001316, datado em 27/05/97 com valor de R\$ 83,60 (oitenta e seis reais e sessenta centavos).

XIII - Um RACK 09 OK - Código 10001261, conforme Nota Fiscal nº 001315 datado em 27/05/97, bem como SUPORTE 03 no valor de R\$ 90,25 (noventa reais e vinte cinco centavos).

Artigo: 2º - O SINDISERJ, é parte integrante dos contratos celebrados com as seguintes pessoas jurídicas até a data de sua vigência:

01 - Farmácia SOUZA LTDA.

Rua Laranjeiras, 209 Centro Tels. 222/7265/222-4964

Rua João Pessoa, 293 Centro Tel. 211-4597
Rua Capela, 232 Centro Tel. 211-9619
Av. Hermes Fontes, 1025 - Centro - Resp.
Bonifácio Tel. 231-2180

02 - Porta Jóia Comercial Ltda

Rua Itabaianinha, 347 Centro Tel. 222-7867

03 - Farmácia Farma & Ervas

Rua Itabaiana, 222 Centro - Tel. 211-2016

04 - Farmácia Real Ltda.

Rua Maruim, 1079 Centro Tel. 211-5844

05 - Restaurante Sabor Caseiro

Rua Itabaiana, 08 Centro Tel. 211-6155

06 - Restaurante Rancho Gaúcho

Praça Olímpio Campos, 629 Centro Tel. 222-0903

07 - Restaurante Califórnia

Rua Santo Amaro, 321 Centro Tel. 211-6887

08 - Supermercado COMGEAL (antigo Nutri Charque)

Av. 7 de Setembro, 490 Centro Tel. 211-9516

09 - Sociedade Comercial A Modinha Ltda.

Rua Laranjeiras, 358 Centro Tels. 224-1040/
224-3836

10 - Salão de Beleza Black Boy

Rua Mariano Salmeron, 296 B. Siqueira Campos

11 - Restaurante TEMPERO BAIANO ME.

Rua Santa Luzia, 59 Centro Tel. 222-6366

12 - Açougue e Mercaria São Luiz

Av. 7 de Setembro, 490 Centro e Rua E, 3173
- Coroa do Meio

13 - Camilla Modas

Rua Geru, 206/207 Centro Tel. 222-6587

14 - ODONTO SERV LTDA

Rua de Itabaiana, 94 Centro Tels. 211-2145/
224-6610

15 - UNIMED

Av. Ivo do Prado, 540 B. São Jose Tel. 211-8787

16 - Ótica Pontual

Rua São Cristovão, 276 Centro Tel. 224-7740

17 - Centro Estético Encontro de Beleza

Av. Ivo do Prado, 108 Centro Tel. 211-7415

18 - E.T. Brinquedos

Rua Delmiro Gouveia, s/n, Shopping Riomar,
L-102 1 Piso Tel. 222-7766

19 - Stop Buy

Rua Delmiro Gouveia, s/n Shopping Riomar,
L-204 2 Piso Tel. 222-4564

20 - Posto de lavagem JAPIGUASSU

Rua Poeta José Sales Campos, 976 Coroa do
Meio - Tel. 255-1724

21 - Restaurante NAVI CONFECÇÕES E ALIMENTOS LTDA.

Rua Maruim, 83 Centro Tel. 211-5752

22 - Claudiamara Santos Silva Ramos - ME (J & C Conveniências Livraria)

Rua Marechal Deodoro, 110-B Centro ao lado
da Ponte em São Cristovão-SE Tel. 261-1242
(Falar com Cláudia)

Artigo 3º - Fica a Presidência do SINDISERJ, autorizado a Registrar no cartório Competente desta capital, após haver publicado no Boletim Informativo desta Entidade, e lavrado em ATA.

Artigo 4º - A publicação do movimento financeiro anual torna inexistente as publicações mensais contábeis.

Artigo 5º - Após o prazo estabelecido, será homologado pela Diretoria o movimento Financeiro, Relatório e bens Patrimoniais.

Cumpra-se, Publique

Aracaju, 27 de maio de 1997

CLÁUDIO SIQUEIRA CARVALHO
Presidente

JOSÉ SOARES DOS SANTOS FILHO
Vice Presidente

MARIA DE FÁTIMA GUIMARÃES
Secretária Geral

GERCIÁRIA DE JESUS SANTOS
Sec. Economia e Finanças

EDIVAN JOSÉ BIZERRA
Sec. Formação Sindical

JOSÉ MARTILIANO DOS SANTOS
Sec. Cult. Esporte e Lazer

ANA PAULA MENEZES SILVEIRA AGUIAR
Sec. Mobilização Divulg. Imprensa

ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR

ADITIVO UNIVIDA N

PLANO: ESPECIAL E BÁSICO
PRÉ-PAGAMENTO

CONTRATANTE: SINDISERJ - Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário no Estado de Sergipe, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC sob o nº 32.742.678/0001-36, situada na Rua Pacatuba, 64 Edf. Luciano Prado salas 407 e 409 - Centro - Aracaju-SE, representada por seu Presidente Cláudio Siqueira Carvalho.

CONTRATADA: A Unimed Aracaju - Cooperativa de Trabalho Médico, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC sob o nº 13.360.276/0001-22, situada na Av. Ivo do Prado, 540, Bairro São José, nesta capital, representada na forma de suas disposições estatutárias por seus Diretor-Presidente e Vice-Presidente.

CLÁUSULAS I - OBJETIVOS - A CLÁUSULA I - OBJETIVOS - DO CONTRATO ORIGINAL FICA SEM EFEITO E PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

A) O objetivo deste Aditivo é a prestação de Assistência Médico-Hospitalar, que a Contratada representando seus cooperados e entidades credenciadas, se obriga a proporcionar ao usuário e seus dependentes econômicos da Contratante na forma e modalidade definidas neste Aditivo, e na área das Unimed's do Brasil, até o limite de 90% (noventa por cento) do valor previsto na LPM - Lista de Procedimentos Médicos da AMB (Associação Médica Brasileira).

B) Prestação de serviços médicos, por parte dos profissionais da medicina, associados da CONTRATADA, agindo esta exclusivamente na qualidade de mandatária daqueles.

C) A Contratada obriga-se, em tornar serviços complementares, tais como exames e testes laboratoriais, bem como assistência hospitalar (quando não forem tais entidades associadas da cooperativa), colocando-os à disponibilidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA II - SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALAR - A CLÁUSULA II - SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALAR - DO CONTRATO ORIGINAL FICA SEM EFEITO E PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

1 - Consultas nos consultórios particulares dos Médicos Cooperados, em regime de livre escolha.

2 - Consultas em Pronto-Socorros credenciados, nas urgências e emergências, através de médicos plantonistas disponíveis.

3 - Nos casos de atendimento de urgência e emergência, quando o médico plantonista solicitar a

presença de um médico especialista, cooperado ou não, para dar o seu parecer no caso solicitado, e venha a ser cobrado o ato médico, a nível particular, a UNIMED reembolsará ao usuário o valor do atendimento realizado até 90% (noventa por cento) da LPM - Lista de Procedimentos Médicos da AMB (Associação Médica Brasileira).

4 - Aos clínicos, obstétricos, cirúrgicos, os atendimentos serão prestados pelos médicos cooperados e/ou plantonistas dos hospitais credenciados, devendo o médico não cooperado transferir o paciente para um médico cooperado da Unimed em caso clínico.

5 - Realização, mediante requisição ou indicação de médico cooperado, de exames complementares de diagnósticos e outros procedimentos que possam ser realizados em Regime Ambulatorial nos serviços relacionados pela Contratada.

6 - Serviço de URGÊNCIA E EMERGÊNCIA MÓVEL prestado dentro da Comarca de Aracaju/SE, para casos único e exclusivamente de atendimento de usuários da CONTRATANTE em comprovada situação de urgência ou emergência, 24 horas por dia, o qual poderá ser solicitado através do telefone nº 800-0123, devendo o usuário informar no ato da solicitação, o número do código de sua Carteira de Identificação de Usuário, ou na falta deste, o seu nome completo. A responsabilidade pela informação do número do telefone do presente serviço a todos os usuários, é da CONTRATANTE.

7 - Internação Hospitalar

a - Com direito a 90 (noventa) dias da internação, e 30(trinta) dias de UTI, por ano, por usuário, com prévia autorização da Unimed;

b - No Plano ESPECIAL, o usuário terá direito a internação em apartamento com ar condicionado e acompanhante para os pacientes de 0 a 12 anos e a partir de 60 anos;

c - No Plano BÁSICO, o usuário terá direito a internação em enfermeira (quarto coletivo);

d - Serviços de enfermagem durante o período de internação;

e - Sala de cirurgia e de parto;

f - Medicamentos prescritos durante o período de internação, e

g - Exames complementares solicitados pelo médico assistente e cobertos por este Aditivo.

8 - Serviços especializados prescritos pelo médico assistente

a - Alimentação dietético (quando internado);

b - Analgesia em parto normal (para os inscritos pelo Plano Especial);

c - Gasoterapia, taxa de aplicação em hemoterapia e medicamentos (quando internado);

d - Fisioterapia - 80(oitenta) sessões por ano por usuário;

e - Endoscopia digestiva alta e baixa, endoscopia respiratória, endoscopia urinária e endoscopia

uterina(histeroscopia) - 02(duas) de cada por ano por usuário;

f - Laparoscopia diagnóstica e cirúrgica, litotripsia, angioplastia e artroscopia - 01(uma) de cada vez por ano por usuário (para os inscritos pelo Plano Especial);

g - Laparoscopia diagnóstica (que não seja vídeo) - 01(uma) de cada por ano por usuário (para os inscritos pelo Plano Básico);

h - Cirurgias em regime ambulatorial e em regime de internamento;

i - Tomografia computadorizada - 01(uma) por ano por usuário (para os inscritos pelo Plano Especial);

j - Mamografia, espinografia, densitometria óssea - 01(uma) de cada por ano por usuário;

k - Arteriografia (cateteres e guias por conta do usuário) e venografia (cateteres e guias por conta do usuário) - 01 (uma) de cada por ano por usuário (para os inscritos pelo Plano Básico);

l - Arteriografia e venografia - 01 (uma) de cada por ano por usuário (para os inscritos pelo Plano Especial);

m - Exames laboratoriais (patologia clínica);

n - Exames radiográficos contrastados e não contrastados;

o - Ultra-sonografia: 3 (três) por ano por usuário;

p - Eletrocardiograma e eletroencefalograma;

q - Teste Ergométrico e ecocardiografia - 2 (dois) de cada por ano por usuário;

r - Cintilografia - 2(duas) por ano por usuário;

s - Eletrocardiografia por sistema de holter e monitorização ambulatorial da pressão arterial (mapa) - 01 (uma) de cada por ano por usuário;

t - Cintilografia do miocárdio ou das câmaras cardíacas com perfusão de tálio - 01(uma) por ano por usuário;

u - Cateterismo cardíaco - 01(uma) por ano por usuário (Para os inscritos pelo Plano Especial);

v - Escleroterapia de varizes esofágica;

w - Quimioterapia - 10(dez) sessões por ano por usuário (Para os inscritos pelo Plano Especial);

x - Quimioterapia ambulatorial (para os inscritos pelo Plano Básico);

y - Revascularização do miocárdio - 01 (uma) por ano por usuário;

z - Cirurgia que faça uso de laser em oftalmologia;

OBSERVAÇÃO:

I - Nasquelas radiografias que houver necessidade do uso de cateteres e guias, serão por conta do usuário.

II - Os exames especializados deverão ser acompanhados da guia de serviço e de relatório médico a fim de serem autorizados previamente pela Unimed, para os itens: d, e, f, g, h, i, j, k, l, n(exceto as radiografias não constatadas), o, p, q, r, s, t, u, v, w, x, y e z; e o direito de uso é em cada 12(doze) meses, com início na data de assinatura deste Contrato, segue o mesmo critério internação hospitalar e UTI, obedecida as carências constantes da Cláusula V.

III - Nos exames especializados, citados no Contrato, o direito de uso refere-se tanto a nível de internamento

como a nível ambulatorial.

IV - Todos os exames especializados não citados no referido Contrato e não incluído na Cláusula IV, Condição não Coberta pelo Contrato, o usuário terá direito a 01 (um) por ano, após o período de carência a contar da data de sua inclusão.

V - Os direitos mencionados no presente aditivo serão renovados após o decurso do prazo de 01 (um) ano, a contar da data de inclusão de cada usuário.

CLÁUSULA III - ESPECIALIDADE MÉDICA OFERECIDA PELO PLANO - A CLÁUSULA III - ESPECIALIDADE MÉDICA OFERECIDA PELO PLANO - DO CONTRATO ORIGINAL FICA SEM EFEITO E PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

Alergia e Imunologia	Anestesia	Angiologia
Broncoesofagologia	Cancerologia (Ambulatorial)	Cardiologia
Cirurgia	Cirurgia de Cabeça e Pescoço	Cirurgia Geral
Cirurgia Pediátrica	Cirurgia Plástica Restauradora	Cirurgia Torácica
Cirurgia Vascular Periférica	Citopatologia	Clinica Médica
Dermatologia	Endocrinologia (e Metabologia)	Fisiatria
Gastroenterologia	Geriatria (e Gerontologia)	Ginecologia
Hematologia	Homeopatia	Infectologia
Mastologia	Medicina Nuclear	Nefrologia
Neurocirurgia	Neurologia	Neurologia
		Pediátrica
Obstetrícia	Oftalmologia	Ortopedia e Traumatologia
Otorrinolaringologia	Pediatria	Pneumologia
Proctologia	Psiquiatria(consulta)	Radiologia
Radioterapia	Reumatologia	Urologia

CLÁUSULA IV - CONDIÇÕES NÃO COBERTAS PELO CONTRATO - A CLÁUSULA IV - CONDIÇÕES NÃO COBERTAS PELO CONTRATO - DO CONTRATO ORIGINAL FICA SEM EFEITO E PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

1 - A Contratada não se responsabiliza pela prestação dos seguintes serviços médico-hospitalares:

a - Atos cirúrgicos proibidos pelo Código de Ética Médica;

b - Analgesia em parto normal (exceto o Plano Especial);

c - Despesas com transporte de pacientes (usuários);

d - Internação hospitalar em caso de pacientes aidéticos (AIDS) de notificação compulsória e sujeitas a isolamento, cuja responsabilidade é do Ministério da Saúde, na forma da Portaria Ministerial pertinente;

e - Internação psiquiátrica, enfermagem em caráter particular na residência ou no hospital;

f - Transplante, implante, inclusive despesas com doadores, diálise e hemodiálise;

g - Órteses e prótese (exceto as cardíacas);

h - Exames admissionais, ocupacionais, periódicos e

demissionais;

i - Despesas extraordinárias, inclusive artigos de toilette e despesas com acompanhamento, serão pagas pelo usuário diretamente ao hospital;

j - Assistência médico-hospitalar em caso de:

I - Cirurgia plástica estética;

II - Cirurgia plástica reparadora, correspondente a traumatismo, moléstia ou ocorrência outra, anteriores e vigência deste Contrato;

k - Atendimento a domicílio. Exame genético para pesquisa de paternidade;

l - Escleroterapia (exceto as de varizes esofágicas), radioterapia (exceto a betaterapia para procedimentos não estéticos);

m - Tratamento cirúrgico de má formação congênita e suas conseqüências, exceto os filhos nascidos sobre a vigência deste Contrato e inscritos na Unimed até 30 (trinta) dias após o nascimento;

n - Despesas com hospitais e entidades médicas não credenciadas, despesas com consultas, exames, cirurgias eletivas, internamento clínico, com médicos não cooperados;

o - Tomografia computadorizada (exceto o Plano Especial);

p - Ressonância magnética;

q - Cirurgia plástica da mama, sob qualquer forma ou condição;

r - Tratamento médico hospitalar de acidentes de trabalho;

s - Cateterismo cardíaco (exceto para o Plano Especial);

t - Cirurgias que façam uso de raio LASER (exceto as cirurgias oftalmológicas), cirurgia para miopia, cirurgia para fins de infertilidade;

u - Tratamento estético dermatológico (Cauterização de cravos, espinhas, etc.);

v - A Unimed não se responsabiliza por qualquer tipo de honorários médicos ou outras despesas hospitalares, após esgotados os dias de direito a internamento;

w - Caso o usuário desista de fazer um ato cirúrgico, quando o mesmo encontrar-se na sala de operação, as despesas de taxas hospitalares e honorários médicos correrão por conta do usuário, se estes forem cobrados pelo hospital ou pelos profissionais. Não está inclusa a suspensão do ato cirúrgico quando o mesmo é feito pelo profissional médico, por motivo de força maior;

x - A Unimed não cobre valores superiores a 90% do valor da LPM - Lista de Procedimentos Médicos da AMB - Associação Médica Brasileira e Tabela dos Hospitais do Estado de Sergipe, em quaisquer tipos de serviços médicos e hospitalares. Com exceção dos itens a, c, d, e, f, h, i, j, k, n, q, r e w, terminantemente vedados, todos os demais procedimentos poderão ser utilizados pelos usuários, por Custo Operacional, com base na LPM - Lista de Procedimentos Médicos da AMB - Associação Médica Brasileira, para os honorários

médicos, e com base na Tabela dos Hospitais do Estado de Sergipe, para materiais descartáveis e medicamentos (Lista Publicada pelo Diário Oficial da União) acrescida de 20% de Custo Operacional.

2 - Após a apresentação da nota de serviço pelo médico cooperado e/ou serviços credenciados, referente ao serviço não coberto pelo Contrato, que tenha sido autorizado pela Contratante, realiza-se a correção e emite-se a fatura para cobrança dos serviços prestados, por tais despesas.

3 - A Contratada não cobrirá em qualquer hipótese a substituição (troca), total ou parcial bem como a manutenção de marca passo, válvula e prótese cardíaca, ainda que a implantação dos mesmos tenham sido coberta pelo Plano.

Parágrafo Único (Perícia e Aprimoramento)

A UNIMED se reservará ao direito de realizar perícias médicas, exames e inspeções, com o objetivo de fiscalizar os serviços contratados e solicitados pelos cooperados, bem como se obriga a apurar as reclamações feitas por escrito pelo usuário titular, dando ciência ao mesmo do resultado das apurações e das medidas adotadas para sanar as falhas eventualmente encontradas.

CLAUSULA V - CARÊNCIAS - A CLAUSULA V - CARÊNCIAS - DO CONTRATO ORIGINAL FICA SEM EFEITO E PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

1 - A Inclusão de novos usuários, após a data da assinatura deste Aditivo, implica em cumprir o seguinte prazo de carência:

a - Consultas e exames laboratoriais - isento;

b - Internações clínicas, cirúrgicas de pequeno e médio porte, assistência obstétrica médico hospitalar, exames especializados, e atendimento de emergência e em pronto socorro - 120 (cento e vinte) dias, respeitando o direito adquirido;

c - UTI, cirurgia de grande porte, cateterismo cardíaco, quimioterapia, revascularização do miocárdio, litotripsia e angioplastia - 270 (duzentos e setenta) dias, respeitando o direito adquirido.

2 - Sendo certo que no caso de filhos recém-nascidos, cujos os pais hajam encerrado seus períodos de carências, e cuja data do pedido de inclusão não ultrapasse 30 (trinta) dias do nascimento, não haverá carência.

3 - Nos casos de transferência do Plano Básico para o Especial será observada carência de 300 (trezentos) dias para utilização das novas prerrogativas.

4 - O usuário que tiver o Plano Particular ou Plano Empresa da UNIMED originário de outro órgão e for incluso neste Aditivo na mesma modalidade aproveitará os períodos das carências desde que esteja com seus pagamentos em dia. Caso contrário cumprirá as carências normalmente deste Aditivo.

CLÁUSULA VI - USUÁRIOS - A CLÁUSULA VI - USUÁRIOS - DO CONTRATO ORIGINAL FICA SEM EFEITO E PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

1 - Serão considerados usuários para fins de prestação dos serviços ora contratados, os funcionários da contratante e seus respectivos dependentes, definidos de acordo com a Previdência Social, sendo:

- cônjuge;
- os filhos solteiros até 18 anos;
- as filhas solteiras até 21 anos;
- os filhos ou filhas solteiras, inválidos;
- as filhas ou filhos solteiros, até 24 anos, cursando Universidade;
- a companheira quando registrada no IPES;
- agregado: dependentes economicamente comprovados através de declaração de Imposto de Renda.

2 - A Contratante fornecerá a Contratada relação dos usuários estabelecidos um número inicial de 445 (quatrocentos e quarenta e cinco) usuários, entre titulares e dependentes, em formulário da mesma, ficando a cargo da Contratada, o pedido de comprovação de dependência, caso necessário.

3 - Em caso de inclusões e exclusões de usuários, a Contratante se obriga a comunicá-las a Unimed até o dia 10 (dez) de cada mês, em formulário próprio da mesma, para serem considerados a partir do 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente, oportunidade em que receberá a carteira de identificação, quando se tratar de inclusão. No caso de exclusão segue-se o mesmo critério, ou seja: Os dados serão fornecidos até o dia 10 (dez) e serão excluídos no 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente.

4 - A exclusão ou desligamento do usuário somente se formalizará com a devolução da carteira de identificação da Unimed. No caso da mesma não ser devolvida, a Contratante, desde já, se responsabilizará por eventual atendimento posterior ao desligamento ou exclusão.

5 - No ato da inclusão do usuário a Contratante informará o tipo de Plano ao qual ele pertencerá (Especial ou Básico).

CLÁUSULA VII - MODALIDADE DE ATENDIMENTO - A CLÁUSULA VII - MODALIDADE DE ATENDIMENTO - DO CONTRATO ORIGINAL FICA SEM EFEITO E PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

1 - Os usuários terão para o seu atendimento o direito de LIVRE ESCOLHA do médico cooperado. Para os hospitais, clínicas, serviços auxiliares de diagnóstico, terapia e de pronto socorro, caso a UNIMED não possua estes serviços próprios, poderão ser utilizados os contratados pela UNIMED.

2 - A relação de médicos, hospitais e entidades contratadas, será fornecido à CONTRATANTE e atualizada anualmente, não se responsabilizando a

UNIMED por eventuais exclusões de médicos ou serviços constantes das relações fornecidas.

3 - A UNIMED emitirá carteira de identificação para o usuário e seus dependentes, obrigando-se os mesmos apresentá-la no ato de cada atendimento médico e hospitalar, bem como cédula de identificação civil. Para que o usuário receba a 2ª via da carteira de identificação da UNIMED, deverá preencher uma declaração do motivo da perda e logo após pagar o valor correspondente a R\$ 4,00 (quatro reais) a título de custo pela emissão da mesma.

4 - Para a utilização dos serviços médicos complementares de diagnóstico e terapia, o usuário deverá apresentar a requisição em formulário próprio da UNIMED, fornecida obrigatoriamente por médico cooperado.

5 - A internação hospitalar será processada mediante pedido solicitado por médico cooperado e/ou plantonista, nos casos de emergência, sendo expedida, previamente, pela UNIMED, a guia de internação (G.I.). Nos casos eletivos, e na hipótese de casos de emergência, o usuário terá prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis para providenciar a mesma.

6 - Os usuários e seus dependentes poderão, em trânsito, utilizar os serviços previstos neste Aditivo nas UNIMED'S DO BRASIL, para os casos de:

- a - Consultas;
- b - Exames de rotina (exames de análises clínicas, raios X simples, ECG, EEG) etc, e
- c - Urgência e emergência;
- d - Para os casos de exames especializados e de internamentos (clínico ou cirúrgico) deverá haver prévia autorização da UNIMED ARACAJU.

7 - Poderá no entanto a contratante solicitar da Contratada tratamentos e cirurgias de rotina em outro Estado, porém tais serviços serão por custo operacional, ou seja, será cobrado os serviços atualizados pela data do faturamento e acrescidos de 20% a título de custos operacionais.

CLÁUSULA VIII - PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - A CLÁUSULA VIII - PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - DO CONTRATO ORIGINAL FICA SEM EFEITO E PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

1 - A Contratante pagará na data da assinatura do Aditivo, de acordo com a tabela vigente na época, um custo de implantação por pessoa, o qual será cobrado sempre que houver nova inclusão.

2 - O valor da mensalidade por pessoa inscrita corresponde à seguinte tabela de preços:

TABELA**UNIVIDA ESPECIAL**

FAIXA ETÁRIA	R\$
0 A 18 ANOS	60,18
19 A 45 ANOS	66,08
46 A 60 ANOS	110,92
61 A 69 ANOS	169,92
70 ANOS ACIMA	279,66
CUSTO DE IMPL	12,00

PLANO AGREGADO ESPECIAL

FAIXA ETÁRIA	R\$
00 A 18 ANOS	66,08
19 A 45 ANOS	73,16
46 A 60 ANOS	122,72
61 A 69 ANOS	187,62
70 ANOS ACIMA	306,80
CUSTO DE IMPL	12,00

UNIVIDA BÁSICO

FAIXA ETÁRIA	R\$
0 A 18 ANOS	41,30
19 A 45 ANOS	51,92
46 A 60 ANOS	84,96
61 A 69 ANOS	133,34
70 ANOS ACIMA	213,58
CUSTO DE IMPL	12,00

PLANO AGREGADO BÁSICO

FAIXA ETÁRIA	R\$
00 A 18 ANOS	41,30
19 A 45 ANOS	53,10
46 A 60 ANOS	86,14
61 A 69 ANOS	136,88
70 ANOS ACIMA	223,02
CUSTO DE IMPL	12,00

3 - A medida que o(a) usuário(a) do presente Aditivo atingir a faixa etária de idade superior à Contratada, o mesmo passará a pagar suas mensalidades correspondentes à faixa etária estabelecida na tabela vigente da Unimed Aracaju, independente de aviso.

4 - O valor total do prêmio mensal será destinado para dois objetivos:

1 - Atos não Cooperativos que são aqueles praticados pelos Cooperados (Ato Principal) e os Atos de complementação de diagnóstico (Ato Acessório);

2 - Atos não Cooperativos que são aqueles praticados por médicos não Cooperados.

5 - O valor de cada mensalidade está expressa em Moeda Corrente, devendo seu reajuste obedecer a política econômica adotada pelo Governo Federal, sendo que ambas as partes elegem desde já como índice o INPC, e no caso de extinção do mesmo será substituídos por outro índice que reflita a inflação, ou por planilha de custo.

6 - A UNIMED poderá adotar a forma e modalidade de cobrança que melhor lhe aprouver, podendo inclusive adotá-la através de Estabelecimento Bancário.

7 - Mensalmente serão extraídos faturas referentes à totalidade dos prêmios.

8 - O prazo para pagamento da totalidade do prêmio mensal é até o 28 (vigésimo oitavo) dia do mês a que se referem as faturas.

9 - Ocorrendo impontualidade de pagamento da taxa dos prêmios, esta sofrerá um acréscimo de 2% (dois por cento) de multa, 1% (um por cento) de juros ao mês, mais correção monetária.

10 - O atraso de pagamento até o último dia do mês a que se referir a fatura implicará na suspensão de todo e qualquer atendimento pela UNIMED até que se tenha regularizado tal situação.

11 - Os preços previstos neste Aditivo poderão ser revistos sempre que ocorrer aumento da frequência de sinistralidade ou de utilização ou alteração sensível no número de usuários apresentados inicialmente, que servirem de base para os cálculos dos prêmios mensais.

12 - Os usuários que optarem por acomodação superior deverão pagar diretamente ao hospital as diferenças de preços de diárias hospitalares bem como honorários a médicos assistentes (cirurgião, auxiliar, anestesia, pediatria, clínico) etc.

13 - Fica acordo ainda que quando do recebimento por parte da Unimed da fatura mensal, será devolvido a contratante o percentual de 01% (um por cento) do valor da mensalidade, a título de taxa de administração pelos serviços efetuados pelo próprio Sindicato, junto dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Sergipe para manutenção do presente aditivo.

CLÁUSULA IX - PLANO EXTENSÃO ASSISTENCIAL - A CLÁUSULA IX - PLANO EXTENSÃO ASSISTENCIAL - DO CONTRATO ORIGINAL FICA SEM EFEITO E PASSA A TER SEGUINTE REDAÇÃO:

1 - Em caso de falecimento do usuário titular, seus dependentes inscritos gozarão de assistência prevista neste Aditivo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado do falecimento do titular, independente de pagamento de qualquer taxa ou mensalidade, desde que cumpram as condições pré-estabelecidas:

a - Para a concessão dos benefícios previstos

nesta cláusula, serão observadas as seguintes formalidades:

I - Haverá um prazo de carência de 07 (sete) meses, contado da data da inclusão do titular à data do seu falecimento.

II - São considerados beneficiários do PEA os dependentes do usuário titular que preencham as condições do regulamento geral da PREVIDÊNCIA SOCIAL, ou que, mesmo sem preencher, comprovem sua dependência do usuário titular.

III - Os beneficiários se obrigam a apresentar a UNIMED NORTE/NORDESTE, através da UNIMED ARACAJU, certidão de óbito do usuário titular e certidão do Registro Civil dos dependentes, além da comprovação de suas dependências do usuário titular.

IV - Os beneficiários, após cumpridas as exigências dos itens I, II e III desta Cláusula, receberão "Carteira de Beneficiário da Unimed", onde aporão suas assinaturas e passarão a usufruir dos benefícios previstos neste Aditivo. No caso de beneficiários menores, ou analfabetos, constará a assinatura de seu responsável, no caso daqueles (menores) ou a rogo, com referência a esses analfabetos.

b - As condições para inclusão de titulares beneficiários regem-se pelas seguintes normas:

I - No ato da inscrição, os usuários titulares se obrigam a inscrever a totalidade de seus beneficiários. Para inscrições posteriores será observado o prazo de carência de 12 (doze) meses, a partir da data da inclusão, exceção feita aos filhos recém-natos que não terão carência se inscritos até 30 (trinta) dias após o nascimento.

II - A inscrição de beneficiários que não se enquadrem nas normas estipuladas neste Regulamento, não terá eficácia para efeito de obtenção dos benefícios, não importando em qualquer indenização por parte da UNIMED NORTE/NORDESTE, através da UNIMED ARACAJU.

III - O titular que deixar de pertencer aos quadros de participação no plano regular da Cooperativa, estará, automaticamente, desligado do PEA, não importando este desligamento em qualquer indenização a ser paga pela UNIMED NORTE/NORDESTE, através da UNIMED ARACAJU.

c - Os direitos conferidos pelo PEA, aos dependentes do titular falecido, prevalecerão independentemente do local onde estes residam, ou venham a fixar residência após o falecimento do titular, desde que situado na área de ação de qualquer UNIMED associada ao Sistema de Saúde UNIMED.

CLÁUSULA X - SEGURO DE VIDA EM GRUPO - A CLÁUSULA X - SEGURO DE VIDA EM GRUPO - DO CONTRATO ORIGINAL FICA SEM EFEITO E PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

1 - Aos usuários titulares inscritos no plano de saúde contratado, em perfeito estado de saúde, será assegurado cobertura por morte natural ou acidental, obedecendo as seguintes condições:

a - Pagamento em dia das mensalidades;

b - Carência de 190 (cento e noventa) dias contado a partir da data de inclusão no plano de saúde.

2 - Para fazer jus ao Seguro, os dependentes do titular falecido deverão apresentar à Contratada:

a - Certidão de óbito do titular falecido, em caso de morte natural;

b - Laudo do Boletim de Ocorrência, em caso de morte acidental.

3 - O Seguro será pago aos beneficiários de acordo com a Legislação pertinente à espécie, mediante a apresentação dos documentos exigidos.

4 - O atraso nos pagamentos das mensalidades implicará na suspensão da cobertura descrita no sub-item X.1, enquanto perdurar o atraso.

5 - O atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento das mensalidades implicará no cancelamento da cobertura prevista no sub-item X.1.

6 - O capital segurado em 01.09.97 no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), por morte natural e de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), por morte acidental, será reajustado mensalmente pela TR ou outro índice que venha a substituí-la.

7 - O Seguro será coberto pela UNIMED SEGURADORA S/A, com sede na cidade de São Paulo, representada na Cidade onde o usuário estiver cadastrado pela UNIMED local.

8 - O presente benefício obedecerá às normas da Apólice geral pactuada entre a UNIMED ARACAJU e UNIMED SEGURADORA S/A.

9 - Os encargos e a administração dos benefícios previstos nesta Cláusula ficarão a cargo da Contratada.

10 - O presente benefício não cobre morte por suicídio.

11 - O referido benefício será pago com base na data do óbito.

12 - Os usuários titulares menores de 14 anos só terão direito ao reembolso das despesas com funeral (não estando inclusa a aquisição de terrenos, jazigos ou carneiras) as quais deverão ser comprovadas mediante apresentação de contas originais especificadas, que podem ser substituídas a critério da Seguradora por outros comprovantes satisfatórios, obedecido o limite do capital por morte natural.

CLÁUSULA XI - PRAZO DE RESCISÃO E SUSPENSÃO - A CLÁUSULA XI - PRAZO DE RESCISÃO E SUSPENSÃO - DO CONTRATO ORIGINAL FICA SEM EFEITO E PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

1 - O presente Aditivo é celebrado pelo prazo de 12 (doze) meses, com vigência a partir de 01 de julho de 1997, prorrogável por igual período e poderá ser rescindido por quaisquer das partes a qualquer tempo, mediante comunicação prévia com 30 (trinta) dias de antecedência, sem ônus para as partes Contratantes.

2 - Após o aviso prévio de rescisão deste Aditivo, não serão admitidas inclusões neste instrumento

3 - Se houver decretação de congelamento de

preço, processar-se-á reajuste proporcional ao período compreendido entre o último reajuste e a data do congelamento, tendo em vista tratar-se de Aditivo pactuado em bases pós-fixadas.

4 - A responsabilidade da UNIMED quanto aos atendimentos iniciados cessa no último dia do aviso da rescisão. Ocorrendo daí por diante novos atendimentos, os custos serão repassados à Contratante.

5 - Qualquer atendimento aos usuários da CONTRATANTE, após a rescisão do presente Aditivo, nos serviços credenciados ou próprios da UNIMED, constitui dívida exigível da CONTRATANTE para com a CONTRATADA, cobrada pelos serviços prestados acrescidos de 20% (vinte por cento) a título de Custos Operacionais, desde que não obedeça o aqui pactuado.

6 - Após aviso de rescisão contratual, a UNIMED ARACAJU ficará responsável, apenas para os casos de consulta, exames e atendimentos emergências, não mais cobrindo internamento de qualquer natureza.

7 - O usuário que tenha algum débito para com a UNIMED (mensalidade, serviços feitos por Custo Operacional, serviços não cobertos pelo Aditivo e excedentes) terá suspenso o seu uso até que seja normalizada a irregularidade.

CLÁUSULA XII - DISPOSIÇÕES FINAIS - A CLÁUSULA XII - DISPOSIÇÕES FINAIS - DO CONTRATO ORIGINAL FICA SEM EFEITO E PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

Casos omissos e eventuais dúvidas deverão ser resolvidas entre as Diretorias das partes interessadas, quando couber, e da melhor forma que lhes convier. Fica eleito o Foro da Comarca de Aracaju/SE para dirimir qualquer demanda do presente documento, com renúncia expressa a qualquer outro mais privilegiado que seja.

E por estarem inteiramente justas e contratadas as partes, assinam o presente Aditivo em 02(duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Aracaju/SE, 01 de julho de 1997

[Assinatura]

 Presidente do Conselho de Administração

[Assinatura]

 Presidente do Conselho de Administração

[Assinatura]

 Presidente do Conselho de Administração

[Assinatura]

 Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DE ASSUNTOS E ATIVIDADES DA DIRETORIA EXECUTIVA

RELATÓRIO

01 - Ofício nº 0273/95 - 05/12/95

Assunto: Reiterando o ofício nº 120/95 - 13/06/95 da isenção do ICMS.

02 - Ofício nº 0272/95 - 04/12/95

Assunto: Reiterando o ofício nº 220/95 em 28/09/95, solicitando informações sobre os requerimentos nº 081/95, 1169/95, 0843/95, 1532/95, 1533/95 e 1310/95.

03 - Ofício nº 0270/95 - 04/12/95

Assunto: Reiterando o ofício nº 0218/95 em 21/09/95, solicitando as publicações das vagas dos cargos de Serventuários de Justiça da 18ª Vara Cível, criado pela Lei nº 17, de 17 de março de 1995, para serem preenchidos pelo critério de remoção.

04 - Ofício nº 187/95, data em 09/08/95, para a Secretaria do Departamento de Recursos Humanos apresentando propostas para serem inseridas no Plano de Cargos e Salários do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

05 - Ofício nº 0247/95, em 20/10/95 para o Secretário Judiciário.

Assunto: Solicitando as publicações dos Editais dos cargos de Serventuários de Justiça da 8ª Vara Cível da Capital, bem como da Comarca de Tobias Barreto.

06 - Ofício nº 171/95, em 28/07/95 para o Presidente do Tribunal de Justiça, recebido em 28/07/95.

Assunto: Solicitando a participação do SINDISERJ junto a comissão de Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Poder Judiciário em razão da Portaria nº 004/95 - GP-2, publicado no Diário da Justiça do dia 19/07/95.

07 - Ofício nº 031/96, em 07/02/96, para a Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando que seja colocado à disposição do SINDISERJ a servidora do Poder Judiciário Luciana Maia Caldeira, por ser especializada em medicina, tomando necessário o seu serviço no SINDISERJ.

08 - Ofício nº 160/95, datado de 19/07/95 para o Secretário Judiciário.

Assunto: Solicitando as publicações dos Editais para preencher as vagas dos cargos de Serventuários da Comarca de 2ª Entrância de Nª Srª do Socorro/SE, criado pela Lei Complementar nº 17, de 17 de maio de 1995.

09 - Ofício nº 003/96, datado de 03/01/96, para o Secretário Judiciário, solicitando a publicação do Edital para preencher a vaga do cargo de OFICIAL DE JUSTIÇA da 8ª Vara Cível em razão da remoção do Sr. Enoque Leite Sampaio para a 14ª Vara Cível Oficializada, conforme ato datado em 09/10/95 e publicado em 11/10/95, recebido pela Secretaria em 04/01/96.

10 - Ofício nº 159/95, datado em 19/07/95 para o Secretário Judiciário, solicitando as publicações dos Editais de Remoções dos cargos de Serventuários de Justiça para preencher as vagas da 18ª e 19ª Varas Cíveis criado pela Lei nº 17, datado em 17/05/95.

11 - Ofício nº 157/95, datado em 19/07/95 para o Secretário Judiciário, solicitando as publicações dos Editais de Promoção da Comarca de Estância dos cargos de Serventuários de Justiça.

12 - Ofício nº 156/95, datado em 19/07/95 para a Secretária do Departamento de Recursos Humanos, apresentando propostas dos Servidores para serem inseridos no Plano de Cargos e Salários e, solicitando ainda que seja anexado ao requerimento de nº 0843, datado em 31/05/95, e que já se encontra neste Departamento.

13 - Ofício nº 155/95, datado em 19/07/95 para a Secretária de Recursos Humanos do Tribunal, solicitando informações sobre o requerimento do Benefício Alimentação promovido pelo SINDISERJ.

14 - Ofício nº 125/95, datado em 23/06/95 para o Secretário Judiciário solicitando a publicação do Edital de cargo de Porteiro de Auditório de Estância, em razão de existir a vaga.

15 - Ofício nº 122/95, datado em 19/06/95 para o Vice-Presidente, solicitando sua interferência junto ao Governador na elaboração do Projeto de Lei que ISENTA ICMS dos Oficiais de Justiça do Poder Judiciário em exercício de suas funções, conforme INDICAÇÃO do Deputado Estadual Antônio Passos.

16 - Ofício nº 079/95, datado em 20/04/95 para a Presidência do Tribunal de Justiça, apresentando proposta para ser incluída no Projeto de Reajuste dos Servidores.

17 - Ofício nº 078/95, datado de 12/04/95 para a Presidência do Tribunal de Justiça, solicitando que o valor da Gratificação seja paga nos termos do artigo 19 da Lei nº 2.820 de 18/07/90.

18 - Ofício nº 073/95, datado em 06/04/95, para a Assessoria de Recursos Humanos, encaminhando cópia do Projeto nº 10/95, que **"Dispõe sobre o**

benefício alimentação destinado aos Servidores Cíveis dos Órgãos da Administração Pública, Direta, Autarquias e Fundacionais e dá outras providências", para instruir o processo nº 0081/95, datado em 18/01/95.

19 - Ofício nºs 054, 053, 052 e 051, datados em 07/03/95 e o de nº 050, datado em 06/03/95, para a Presidência do Tribunal de Justiça, apresentando sugestões para serem incluídas no próximo Projeto de Lei de reajustes dos Servidores.

20 - **Os requerimentos** individuais dos Guardas de Segurança requerendo o pagamento do Adicional Noturno, que se encontra em tramitação neste Poder e até o presente momento não temos respostas.

21 - Ofício S/N, datado em 15/12/95 da Comissão de Oficiais de Justiça e do SINDISERJ, para a Presidência solicitando:

- a) Realizações de novos cursos com a classe;
- b) Equiparação salarial;
- c) Informação do Projeto de Lei;
- d) Informações do requerimento nº 0843/95, datado em 31/05/95, requerido pelo SINDISERJ.

22 - **Requerimento** protocolado sob nº 0081/95, datado em 04/08/95, solicitando o "Benefício Alimentação".

23 - **Requerimento** protocolado sob nº 1310/95, datado em 04/08/95, solicitando que seja retificado o nível funcional do servidor José Elício de Oliveira.

24 - **Requerimento** protocolado sob nº 1169/95 datado em 18/07/95, solicitando do Tribunal o Pagamento de 50%(cinquenta por cento) dos valores da UNIMED dos Servidores que são usuários da mesma.

25 - **Requerimento** protocolado sob nº 1533/95, datado em 05/09/95, solicitando ressarcimento de valores autorizados pelo Servidor e que não foi repassado para o SINDISERJ.

26 - **Requerimento** protocolado sob nº 1532/95, requerendo o pagamento de horas extras dos Servidores do Juizado de Menores que trabalham nos horários noturnos.

27 - **Requerimento** protocolado sob nº 0843/95, datado em 31/05/95, apresentando propostas para serem inseridas no Plano de Carreira de Cargos e Salários.

Aracaju(SE), 11 de março de 1996.

CLÁUDIO SIQUEIRA CARVALHO
Presidente

**RELAÇÃO NOMINAL DOS VALORES REPASSADOS PARA UNIMED/
ARACAJU, CONVENIADO COM O SINDISERJ, DURANTE A VIGÊNCIA DO
CONTRATO CELEBRADO A PARTIR DE JULHO/96 A JUNHO/97.**

MÊS	VENCIMENTO	Nº DO OFÍCIO E DATA	VALOR	Nº DA FATURA
JULHO	28/07/96	151/96 - 15/07/96	28.851,00	1269/96
AGOSTO	28/08/96	181/96 - 09/08/96	28.878,32	142796-2
SETEMBRO	28/09/96	243/96 - 26/09/96	28.546,52	162896-8
OUTUBRO	28/10/96	243/96 - 26/09/96	28.901,72	195396-6
NOVEMBRO	28/11/96	281/96 - 06/11/96	29.270,87	216596-1
DEZEMBRO	28/12/96	305/96 - 03/12/96	29.478,38	241696-4
JANEIRO	28/01/97	004/97 - 06/01/97	29.849,40	263796-0
FEVEREIRO	28/02/97	023/97 - 14/02/97	29.855,60	16795-9
MARÇO	28/03/97	038/97 - 04/03/97	30.257,37	399973-4
ABRIL	28/04/97	051/97 - 25/03/97	30.776,48	63197-34
MAIO	28/05/97	079/97 - 25/04/97	30.920,93	87897-97
JUNHO	28/06/97	105/97 - 27/05/97	31.724,53	108697-9
TOTAL			357.311,12	

**LEI Nº 3.804
DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996**

Dispõe sobre a redistribuição de servidores para o Quadro de Pessoal do Poder Judiciário.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado aprovou e que eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os Servidores Públicos Efetivos da Administração Estadual Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Sergipe, sujeitos ao regime jurídico estatutário, que estiverem à disposição do Poder Judiciário, poderão ter os seus cargos redistribuídos, com aprovação prévia do Tribunal Pleno para o Quadro de Pessoal deste Poder, mediante ato do Poder de Origem, após a anuência do cedente.

§ 1º - A redistribuição dar-se-á exclusivamente para o ajustamento do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, observadas as necessidades dos serviços.

§ 2º - A redistribuição dar-se-á a pedido, atendido sempre o interesse da administração pública.

Art. 2º - A efetivação da redistribuição de que trata

o artigo 1º dar-se-á mediante as seguintes condições:

I - Existência de cargo igual ou assemelhado ao existente no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário;

II - Prévia anuência dos mesmos servidores e dos órgãos ou Entidades a cujos quadros pertencerem.

III - Observância no que couber a respeito, à Lei nº 2.148, de 21 de dezembro de 1977.

IV - Esteja o servidor à disposição do Poder Judiciário, por mais de 02(dois) anos, na data da publicação da presente Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Aracaju, 26 de dezembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

ALBANO FRANCO
GOVERNADOR DO ESTADO

Luiz Antônio Silveira Teixeira
Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

Ricardo Augusto Ferreira Ribeiro
Secretário Chefe da Casa Civil em exercício

LEI COMPLEMENTAR Nº 32 DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996

Eleva Comarca, cria Vara Privativa de Assistência Judiciária e cargos no Poder Judiciário e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE,

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado aprovou e que eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica elevada à Segunda Entrância a Comarca de São Cristóvão, passando à mesma categoria o cargo de Juiz de Direito e demais cargos de Auxiliares da Justiça da referida Comarca.

Art. 2º - Fica criada a 1ª Vara de Assistência Judiciária da Comarca de São Cristóvão, de Segunda Entrância com a estrutura e organização das atuais Varas Privativas de Assistência Judiciária de Aracaju, atribuição e disciplina previstas na Lei Estadual nº 2.545, de 29 de agosto de 1985, bem como 01 (um) cargo de Juiz de Direito.

§ 1º - Ficam criados os seguintes cargos, de provimento em comissão, na respectiva Vara de Assistência Judiciária.

I - 01(um) cargo de Chefe de Secretaria, símbolo CCE-4, privativo de Bacharel em Direito

II - 04(quatro) cargos de Oficial de Justiça, símbolo CCS-1, privativo de portador do 2º grau completo.

III - 03(três) cargos de Oficial de Secretaria, símbolo CCS-3, privativo de portador do 2º grau completo.

§ 2º - A prática dos atos relativos ao registro das pessoas naturais beneficiárias da gratuidade judiciária será atribuição do 3º Ofício da Comarca de São Cristóvão, atendidos os requisitos do art. 2º § 1 e 2, da Lei Estadual nº 2.546, de 29 de agosto de 1985 e art. 45, da Lei Federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento do Poder Judiciário.

Art. 4º - Esta Lei Complementar entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Aracaju, 26 de dezembro de 1996, 175º da Independência e 108º da República.

ALBANO FRANCO
GOVERNADOR DO ESTADO

Luiz Antônio Silveira Teixeira
Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

Ricardo Augusto Ferreira Ribeiro
Secretário Chefe da casa Civil em exercício

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº 3.828 DE 06 DE JUNHO DE 1997

Altera dispositivos da Lei nº 3.352 de 15 de junho de 1993

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado aprovou e que eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os artigos 1º e 2º da Lei nº 3.352, de 15 de junho de 1993, passam a ter a seguinte redação:

Art. 1º - A Corregedoria-Geral da Justiça, órgão de fiscalização disciplinar, controle e orientação dos serviços forenses com jurisdição em todo o Estado é executada pelo Desembargador Corregedor-Geral, com a colaboração de dois Juizes Corregedores.

§ 1º - Os Juizes Corregedores de que trata este artigo serão designados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, dentre juizes da mais elevada entrância, depois de indicados pelo Corregedor-Geral.

§ 2º - Resolução do Tribunal de Justiça poderá fixar gratificação a ser percebida por cada Juiz Corregedor, não podendo a mesma ultrapassar 20% (vinte por cento) do seu vencimento básico.

§ 3º - Ficam criados dois cargos de Auxiliar de Juiz, de provimento em comissão, símbolo CCS-1, que serão exercidos por bacharel em Direito ou estudante de Direito, a partir do 4º período para servirem junto aos Gabinetes dos Juizes Corregedores de que trata o § 1º deste artigo."

Art. 2º - Integram a estrutura administrativa da Corregedoria-Geral da Justiça.

III - Secretaria da Corregedoria

I -
1.1 -
1.2 -
2 -
2.1 -
2.2 -
2.3 -
3 -
Parágrafo Único"

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento do Estado para o Poder Judiciário.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

Aracaju, 06 de junho de 1997, 176º da Independência e 109º da República.

ALBANO FRANCO
GOVERNADOR DO ESTADO

Luiz Antônio Silveira Teixeira
Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

Francisco Guimarães Rollemberg
Secretário-Chefe da Casa Civil

PODER EXECUTIVO

GOVERNO DE SERGIPE

LEI COMPLEMENTAR Nº 28 DE 18 DE DEZEMBRO DE 1996

Lei Complementar nº 21, de 24 de outubro de 1995, e da Lei nº 2.246, de 26 de dezembro de 1979, e dá outras providências.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado aprovou e que eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - O artigo 4º da Lei Complementar nº 21, de 24 de outubro de 1995, passa a ter a seguinte redação:

"**Art. 4º** - São, também, órgãos de fé pública, na capital do Estado os cartórios extrajudiciais, não oficializados, cujos serviços notariais e de registro passam a ser exercidos por seus respectivos escritórios com as seguintes atribuições.

I - 1º Ofício - Tabelionato e Registro de Imóveis e Hipotecas;

II - 2º Ofício - Tabelionato, Registro Civil das Pessoas Naturais e Distribuição do Protesto de títulos;

III - 3º Ofício - Tabelionato e Protesto de Títulos;

IV - 4º Ofício - Tabelionato e Registro de Tutelas e Curatelas;

V - 5º Ofício - Tabelionato, Registro de Imóveis e Hipotecas e Protesto de Títulos;

VI - 6º Ofício - Tabelionato, Registro de Imóveis e Hipotecas e registro Civil das Pessoas Naturais;

VII - 7º Ofício - Tabelionato e Registro Civil das Pessoas Naturais;

VIII - 10º Ofício - Registro das Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Propriedades Literária, Científica e Artística;

IX - 11º Ofício - Tabelionato, Registro de Imóveis e Hipotecas e Registro Civil das Pessoas Naturais."

Art. 2º - O art. 203 da Lei nº 2.246, de 26 de dezembro de 1979 (Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe), passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 203** - Ficam criados, na Capital, dois cargos de Juiz de Direito de 2ª Entrância, dois de Escrivão, dezoito de Oficial de Justiça, um de Distribuidor, sob

regime Oficializado, um de Partidor e Contador, um de Avaliador e um de Depositário."

Art. 3º - O Titular do Cargo de Distribuidor da Capital, sob o regime oficializado ou não, perceberá o mesmo vencimento do Escrivão de 2ª Entrância de Vara Oficializada, constante do Anexo I - Cargos de Provimento Efetivos - da Lei Complementar nº 17, de 17 de maio de 1995.

Art. 4º - Respeitados os Direitos Adquiridos dos atuais titulares dos Ofícios até a promulgação da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, as atribuições das serventias judiciais e extrajudiciais passarão a ser as seguintes:

I - Na sede da Comarca:

- a) 1º Ofício - Tabelionato, Registro de Imóveis e Protesto de Títulos;
- b) 2º Ofício - Escriturarias Cíveis e Criminais;
- c) 3º Ofício - Registro Civil das Pessoas Naturais e Jurídicas, Registro de Títulos e Documentos e Tabelionato.

II - Nos Distritos:

- a) 1º Ofício - Escrituraria Cível e Criminal;
- b) 2º Ofício - Registro Civil das Pessoas Naturais e Jurídicas, Registros de Títulos e Documentos e Tabelionato.

Parágrafo Único: Os atuais ocupantes do 3º Ofício das Sedes das Comarcas e do 2º Ofício dos Distritos somente receberão a delegação do Tabelionato com a vacância do 2º Ofício da Sede das Comarcas e do 1º Ofício dos Distritos respectivamente.

Art. 5º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o art. 13º da Lei nº 3.716, de 10 de maio de 1996.

Aracaju, 18 de dezembro de 1996, 175º da Independência e 108º da República.

ALBANO FRANCO
GOVERNADOR DO ESTADO

Luiz Antônio Silveira Teixeira
Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

Flávio Conceição de Oliveira Neto
Secretário-Chefe da Casa Civil

VEJA PORQUE O GOVERNO NÃO DAR REAJUSTE AOS SERVIDORES: ESTÁ NESTE DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/97

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/97

Cria Departamento Jurídico da Assembleia Legislativa e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE DECRETOU:

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe aprovou e a Mesa promulga o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica criado no âmbito da organização administrativa do Poder Legislativo do Estado de Sergipe, o Departamento Jurídico - DJ.

Parágrafo Único: Ao Departamento Jurídico - DJ, compete exercer a representação judicial e extrajudicial, a consultoria e o assessoramento técnico-jurídico do Poder Legislativo.

Art. 2º - Para o funcionamento do Departamento Jurídico - DJ ficam criados:

I - Um (01) Cargo em Comissão de Natureza Especial de Diretor de Departamento, Símbolo CCEL-02;

II - Um (01) Cargo em Comissão de Assessor Especial para Procedimentos Administrativos, Símbolo CCEL-04;

III - Um (01) Cargo em Comissão de Assessor Especial para Procedimentos Jurídicos, Símbolo CCEL-04;

IV - Um (01) Cargo em Comissão de Chefe de Gabinete, Símbolo CCL-03;

V - Uma (01) Função de Confiança de Secretária, Símbolo FCL-02;

VI - Duas (02) Funções de Confiança de Oficial de Gabinete III, Símbolo FCL-03.

Art. 3º - As atribuições específicas do Departamento Jurídico - DJ serão baixadas por Ato da Mesa.

Art. 4º - Ficam criados, para o Departamento Técnico-Legislativo, dois (02) Cargos em Comissão de Natureza Especial de Consultor Técnico-Legislativo, Símbolo CCEL-04.

Art. 5º - Fica criado, para o Centro de

Processamento de Dados - CPD, o cargo de Natureza Especial de Gerente de Informática, Símbolo CCEL-03.

Art. 6º - O Cargo de Comissão de Chefe de Cerimonial, Símbolo CCL-06, passa a ter o Símbolo CCL-02.

Art. 7º - O atual Núcleo de Anais, passa a ser Divisão de Anais, devidamente estruturada com um (01) Núcleo de Redação e Revisão e um (01) Núcleo de Taquigrafia.

§ 1º - A atual Função de Confiança de Chefe do Núcleo de Anais, Símbolo FCL-01, passa a ser um Cargo em Comissão de Coordenador I, Símbolo CCL-02.

§ 2º - Para os respectivos Núcleos de Revisão e Redação e, de Taquigrafia, ficam criadas duas (02) Funções de Confiança de Chefe de Núcleo, Símbolo FCL-01.

Art. 8º - Os atuais Cargos de Assistente de Anais, Símbolo CCL-10, passam a ter o Símbolo CCL-06.

Art. 9º - Os atuais Cargos em Comissão de Coordenadores de Digitação, Símbolo CCL-10, passam a ter o símbolo CCL-04.

Art. 10º - As atuais Funções de Confiança de Secretária de Comissão, Símbolo FCL-02, passam a ser Cargos em Comissão de Secretária de Comissão, Símbolo CCL-03.

Art. 11º - Ficam criado no âmbito das comissões permanentes do Poder Legislativo um (01) cargo em comissão de Secretária de Comissão, Símbolo CCL-03.

Art. 12º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto Legislativo, correrão à conta das dotações próprias, consignadas no Orçamento do Estado para o Poder Legislativo.

Art. 13º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua Promulgação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, em Aracaju, em 27 de maio de 1997.

Deputado Nicodemos Falcão
Presidente

Deputado Jorge Alberto
1º Secretário

Deputada Venuzia Franco
2ª Secretária

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 16.499 DE 22 DE MAIO DE 1997

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 675.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos do Art. 84, item V, da Constituição Estadual, combinado com o disposto do Art. 8º, inciso II, alínea C, da Lei nº 3.788 de 13 de dezembro de 1996.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no valor de R\$ 675.000,00 (seiscentos e setenta e cinco mil reais) para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, obedecendo a seguinte classificação:

05000	- TRIBUNAL DE JUSTIÇA		
05101	- TRIBUNAL DE JUSTIÇA		
020040013.2043	- Manutenção das Atividades da Justiça de Primeira e Segunda Instância		FR
4590.52	- Equipamentos e Material Permanente	R\$ 200.000	(000)
020040014.1043	- Construção e Equipamento do Fórum de Aracaju		
4590.51	- Obras e Instalações	<u>R\$ 475.000,00</u>	(000)
TOTAL		R\$ 675.000,00	

Art. 2º - Os recursos necessários à execução deste Decreto decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado na execução do vigente orçamento.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Aracaju, 22 de maio de 1997, 176º da Independência e 109º da República.

ALBANO FRANCO
GOVERNADOR DO ESTADO

Marcos Antônio de Melo
Secretário de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia

José Figueiredo
Secretário de Estado da Fazenda

Luís Antônio Silveira Teixeira
Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

Publicado no Diário Oficial do Estado de Sergipe em 26/05/97



ANIVERSARIANTES



ANIVERSARIANTES DO MÊS DE MARÇO

Urbano José Moreira Neto	01
Lúcio Anderson dos Santos	01
Gutemberg Tiburtino de Melo	02
João dos Santos	03
Rosângela de Góis Neto	03
Solange M. Apóstolo Santana	03
Antonio André Ferreira	04
Erivaldo de Santana	04
Luiz Carlos Vieira de Matos	04
Abdora Coutinho Oliveira	05
Maria Terezinha de Oliveira	05
José Sérgio de Albuquerque	05
Luiz Machado de Andrade	05
Maria Irami Dutra Diniz	05
Maria José Vieira Panta	05
Ennio Ramon Nunes Silva	06
Ana Elisa Sobral Vila Nova de Carvalho	07
Rosalgina Maria Andrade Silva	07
Luiz Antonio Santos Ribeiro	09
Raimundo Romão dos Santos	10
Manoel Nicanor do Nascimento	10
Vandira Maia de Oliveira	10
Advalda Maria de Santana Araújo	11
Celina Soares Nou	12
Idêmio Melo Santos	12
João Neto	12
Luciana de Queiroz M. Novais	12
Maria Edilene Santos	12
Roberto Nunes da Mota	12
Manoel Alves de Lima	13
Josefa Souza Santana Dantas	14
José Rollemberg Leite Neto	15
Edelzuita dos Santos	15
Gledinaldo Leite de Oliveira	15
Edna Gomes Almeida	17
Erivalda Dias da Silva	17
Luciene de Assis da Cruz	17
Maria Nice de Freitas	17
Marilene Freitas Santos	17
Rosângela Alves Oliveira Menezes	17
Ana Beatriz Ferreira dos Santos	18
Edvane Curvelo Hora Deda	18
Rosimeire Gomes Bomfim Vieira	18
José Soares de Freitas	19
José Monteiro Neto	19
José Correia dos Santos Filho	19
José Firmino Bispo Santos	20
Omar Ferreira de Araújo Ramos	20
José Maximino dos Santos	21
Gustavo Marques de Melo	22
Maria Risoleta Vieira Fonseca Nascimento	22
Roberto Fonseca	22
Eneide Gomes Mendes Diniz	23
Saulo Bezerra Pacheco de Oliveira	23
João Maranduba Santos Júnior	23
José Thieres Rocha dos Santos	23
Ailton Sampaio Martins	25
José Fernandes de Santana	26
Licinia Maria Tenório Gomes Machado	27
Moacir Lopes Poconé Neto	27
Lídia Cristina Santos	27
Cléa Maria do Nascimento Ramos	28
Jailde Andrade Santos	28
Alexandre Alves da Silva	28
Maria dos Prazeres Correia Nunes	28
Vanúzia Hora Freitas	28
José Adilson dos Santos	28
Maria Carmelita Sena Sacramento	29
Sara Cavalcante de O	30

João de Oliveira Silva	30
Valdênia Cássia Ferreira	30
Madilson Araújo da Silva	30
Cloves Santos Silva Filho	31
Edicelma Santos Ingracindo Barbosa	31

ANIVERSARIANTES DO MÊS DE ABRIL

Acácia Cristina de José Gomes da Cunha	01
Jaziel José dos Santos	01
Sonia Maria de Oliveira	01
Ruy Santos	01
Maria de Lourdes Pinto	02
Jael Souza Silveira	02
Dilma Machado Bispo	02
Ronivon de Aragão	04
Waldenir Guimarães da Rocha Pinto	04
Ricardina Oliveira Souza	04
Maria Isabel de Moura Santos	04
Antonia Meneses Santos	04
Josefa Cristina Nascimento	04
Alcione Batista dos Santos	05
José Fernandes Santana Santos	05
Paulo Lemos de Andrade	05
Roberto Bento de Souza	05
Vivaldo Santos	05
Eraido Machado de Andrade	06
Enilene Maria B. de Andrade	08
Arlindo Romão Silva	08
Abigail Alves Marques	08
José da Silva	10
Gardênia Simone Amaral Oliveira	11
Luiz Carlos Correia Santos	11
Wilde Alves Aragão	12
Maria Antonieta Andrade Araújo	12
Ana Luiza Figueiredo Torres Maia	12
Erundino Prado Junior	13
Liolanda Cardoso Dantas Leite	13
Mibisan Colaço Rodrigues	13
Ana Angélica V. Lima Azevedo	13
Acácia Maria Fortes Aragão	14
Ana Maria de Azevedo	15
Angela Maria Santana de Araújo	16
Remo Alcântara Santos	16
Antônio Pereira Valença	17
Heliane Ferreira Alves	17
Rosângela Sousa	18
Ana Cristina Gomes de Oliveira	18
Antônio Climaco dos Santos Filho	18
Maria Laudice Santana Lima	18
Romenil Gomes dos Santos	18
Cristiano Guimarães Oliveira	18
Roberto de Aquino Neves	19
Tereza Cristina de Melo Andrade	20
Cleudson Wandres Santos Pereira	21
Maria Célia de Melo	21
Adriani da Cunha Campos	21
Antônio Leite Sampaio	21
José Leite Serra Neto	22
Jorge Eduardo dos Santos	23
André Aragão da Fonseca	23
Rejane Modesto de Almeida	24
George Davy Porto dos Santos	25
Maria Vitória Araújo	25
Adelson Moura	26
Regina de Souza Melo	26
Rosiene Martes Rocha	26
Selma Suelly Farias dos Santos	26
Pedro José dos Santos	26
José Manos Santos Silva	26
Wellington Deda Gonçalves	27



ANIVERSARIANTES



Regiane de Melo Rocha	28
Maria Núbia Rodrigues de Carvalho	29
Agnaldo Nascimento	29
Augusto César Sales da Paixão	29
José Ronaldo Soares	29
Magna Maria Correa	29
Marcos Tenisson Bomfim Cabral	30
José Carlos da Conceição	30

ANIVERSARIANTES DO MÊS DE MAIO

Carla Moraes Leal Santana	01
Josefa da Gama Monteiro	01
Varlene Maria Mattos	01
Izabel da Silva Santos	01
Lauro Custódio Oliveira	01
Jorge Luiz da Lapa	02
Astromônico Santana Lima	04
Tânia Denise de Carvalho D. Fonseca	04
Maria Bernadete Batista	05
João Bosco Macedo	05
José Edson Fontes de Almeida Filho	05
Emilinha Alves de Melo	06
Elayne Rodrigues Nascimento Soares	06
Paulo Alves da Silva	06
Rosimeire Calazans dos Santos	07
Luzimar Araújo Victor Modesto	07
Maria Stella de Santana	07
Sandra Maria Vieira Ramos	07
Eliane Azevedo Gomes	08
Marlene de Oliveira R. Machado	08
Romário Barbosa de Oliveira	08
Josenilde Cardoso Silva Ramos	09
Maria Terezinha dos Anjos Santos	10
Arivaldo Oliveira	10
Josefa Soledade Leal Soares	11
Adalberto Montenegro Santos	11
Adalíbia Ferreira Fontes	11
Marli de Oliveira Ribeiro Silva	12
Alexandre Tibiri dos Santos	12
Teófilo de Oliveira Santos	13
Edson José da Costa	13
Francisco dos Santos Corrêa	13
Joselito São José dos Santos	13
Edmilson Vieira de Araújo	13
Mário José de Oliveira	14
Jackson Ribeiro de Cerqueira	14
Dinamarque dos Reis Santos	14
José Miguel dos Santos	14
Ivanete Guimarães	15
Edla Santos Santana	16
Antônio Vieira Neto	18
Maria Rita Tavares dos Santos	18
Daltro Alexandre da Costa	19
Anselmo Azevedo Silva	19
Silvana Dantas Perrucho Nou	19
Maria Terezinha Valença Lima	20
Vilma Maria Alves Ferreira	20
Nelson Ferreira Pinto	20
Wanderlei José Alves	20
Washington Dantas Santos	20
Nair Santos	20
Manoel Messias Rodrigues de Resende	21
Maria José Dantas Silva	21
Gerônimo Gomes	22
Claudio Roberto Leite Sampaio	23
Francisco Pereira Leite Neto	24
Manoel Genaro do Nascimento	24
Márcia Aparecida de Abreu Machado	25
Livia Maria Prata dos Reis	25
Josefa Rosenilda Souza Campos	25

Augusto Marinho dos Santos	26
Guaralúcia das Virgens S. Marques	26
Maria Enilde de Menezes	26
Adineide Vieira dos Santos	27
Sônia Regina Penalva Costa Serra	27
Maria José de Carvalho Sampaio	27
Maria Augusta Santos Lima	28
Edimilson de Melo	28
Maria José da Costa	29
Laelzo Santos	30
Izabella de Oliva Dantas	31
Maria da Conceição Barbosa Silva	31

ANIVERSARIANTES DO MÊS DE JUNHO

Josefa Josenaide de Barreto Almeida	01
Selma Silva de Araújo	01
Márcia Carvalho Aguiar Cardoso	02
Pedro Pereira dos Santos	02
Givaldo dos Santos	03
Luzinete Maria do Socorro	04
Luiz Machado de Andrade	05
Gildete Santos Viana	06
Ana Maria Souza Pereira	07
Ewerton Henrique R. Nascimento	07
Antonio Carlos Carvalho Lessa	08
José Ataniel de Oliveira	08
Antonio Genivaldo Andrade de Souza	09
Mercia Oliveira Rocha Melo	10
Marcos Roberto Gentil Monteiro	11
Clotildes da Costa Ramos	12
Eleide Dória	13
Maria Aparecida Santos	14
Eduardo Barbosa Rosa	15
Maria Rosa Corrêa Machado	16
Adalberto José de Oliveira	17
Maria de Fátima Aragão Prado	18
Glebson Garcia de Carvalho	19
Maria Salete dos Santos Bastos	19
José Graciliano Andrade Santos	19
Joel Chagas Lima	19
Mônica Feitosa Silva	19
Suely Maria Melo	20
Elias Carlos de Oliveira	20
Ana Lúcia Alves	20
Maria Luiza Santos Andrade	20
Edivânia Pinheiro dos Santos	20
Ana Lúcia Alves Nascimento	20
Ademir da Silva Melo	20
Marilene de Oliveira Lima	21
Ires Machado Calumby Santana	21
Walter Fonseca Souza	21
Ana Izabel Vasconcelos Andrade	22
Geraldo Pereira Souza	22
José Alves Dantas	24
João Vieira Ramos	24
Joanna Rocha Aragão	24
Séphora Lemos Rodrigues Santos	24
Antônio Joaquim dos Santos	24
Ivonete dos Santos de Almeida	24
Valtenor Vieira Melo	25
Cecília Áurea Albuquerque Santana	25
Cristiane Reis Araújo de Almeida	25
João Cardoso de Matos	26
Jônice Maria Menezes Lopes Tas	28
Geovany Lima	28
Evandiler dos Santos Dantas	28
Pedro Vieira Santos	29
Sônia Maria Francisca Santos	29
Pedro Neidival da Cruz Duarte	29
Carlos Neanes Santos	29
Maria Virgínia Santos Melo	30
Jovanira Pitanga Lima	30